

Reunião com o Director da CGA
Pág 2



Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director Interino: Sérgio Azougado - Ano XXXIII Abril 2007 Mensário Nº 373 Preço € 0,70



PORTE PAGO



Visita às instalações da Riberalves na Moita
Pág 3

Nova Estratégia Reivindicativa da ADFA

Pág 9

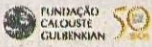


Apresentação das principais preocupações e projectos da ADFA na reunião do CCADFA
Pág 3



Conferência "Inclusão Digital: apresentação de resultados de projectos"

Convívio

- Prémios Gulbenkian  Pág 5
- Delegações Pág 6, 7 e 8
- AGNO Pág 9
- Estratégia Legislativa Pág 10 e 11
- Livros Pág 12
- ADM um passo à rectaguarda Pág 13
- Tributação Automóvel Pág 13
- ADM - Portaria 284/2007 Pág 14 e 15
- Episódio de Guerra Pág 17
- Ponto de Encontro Pág 19
- Editorial Pág 20
- Recordar 25 de Abril Pág 20
- Dossier Furriéis um passo em frente Pág 20



(...) "não é legítimo que os nossos portais e os nossos sites não cumpram a acessibilidade mínima que foi em tempos adoptada como oficial".

Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz

Pág 4



Pág 4



Março

11

**Dia Europeu
pelas Vítimas
do Terrorismo**

15

**Dia Mundial
dos Direitos
Humanos do
Consumidor**

21

**Dia Mundial
da Poesia**

**Dia Mundial para
a Eliminação da
Discriminação
Racial**

**Dia Mundial da
Árvore**

**Dia Mundial do
Sono**

23
Fev

9h30, Seminário de apresentação do Observatório da Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML).

Observar, reflectir, propor, agir e avaliar, foram as principais iniciativas realizadas no decorrer de um ano de existência do protocolo de cooperação da Rede Europeia Anti-Pobreza /Portugal (REAPN) com a SCML.

A REAPN é uma entidade sem fins lucrativos, reconhecida como Associação de Solidariedade Social de âmbito Nacional, que desenvolve a sua actuação ao nível do combate à pobreza e à exclusão social, utilizando como instrumentos a informação, a formação e a investigação.

No seminário as principais questões debatidas nos dois workshops intitulados: "Os Problemas, os Actores e as Áreas de Intervenção" e os "Métodos e Modelos de Observação", com o objectivo de desenvolver uma estratégia de acção para todas as instituições.

O núcleo distrital de Lisboa é aberto a instituições, entidades e pessoas singulares que intervenham na área social.

Nesta acção a ADFA esteve representada pela técnica Paula Afonso e a assistente social, Susana Reis.

Se quiser participar nesta rede europeia, pode consultar o site www.reapn.org para mais informações ou ainda pelo telefone 217 986 448.

3
Mar

Sábado, 9h30, **Reunião do Conselho Nacional da ADFA**, apresentação do Plano de Actividades e Orçamento da Direcção Nacional para o ano de 2007 e ainda a proposta da criação dos Conselhos Jurisdicional, de Reabilitação e Económico.

Neste orçamento para o corrente ano foi introduzida uma alteração ao nível do pagamento dos vencimentos dos trabalhadores da Sede e das Delegações, cuja responsabilidade passou a ser exclusivamente da Sede Nacional.

Sob a proposta da Direcção Nacional (DN) foram aprovados os Conselhos de Reabilitação, Jurisdicional e Económico, nos termos do artigo 26.º, alínea m) dos Estatutos da ADFA.

Fazem parte do Conselho de Reabilitação os seguintes associados: Armando Manuel Oliveira Guedes da Fonte, nº 2943; Jerónimo Dias Moreira de Sousa, nº 8237; Manuel Tomé Gonçalves Dantas, nº 556; Johannes Alberto Parker, nº 5043; Silvério Jorge Rodrigues, nº 207.

No Conselho Jurisdicional: Mário Gomes Silveira, nº 91; José Machado Dinis, nº 311; Alberto João Prazeres da Silva Urbano, nº 297; Orlando Hélder Passos Silva, nº 11023; José Alberto Bento Raimundo, nº 11521.

E no Conselho Económico: Armando Vieira Jorge, nº 1796; Orlando Álvaro Correia, nº 209; Armando Marques Ramos, Associado nº 6405; José Albino Assunção Gabriel, nº 437.

Ainda sobre o Plano de Actividades para o corrente ano, relativamente ao ponto nº 1 -Reivindicações, a DN decidiu aprovar a seguinte adenda: Alargamento do conceito de campanha a deficientes em serviço; Elaborar um levantamento exaustivo dos associados que adquiriram deficiências e ou doenças nos teatros da

Guerra Colonial, considerados em serviço, com o objectivo de definir uma estratégia que leve à revisão dos seus processos, no âmbito do Ministério da Defesa Nacional; foi abordado o reequacionamento de toda a problemática relacionada com as viúvas dos deficientes Militares, no sentido de melhorar a sua qualidade de vida, reconhecendo o papel fundamental que desempenharam ao longo da vida, substituindo-se em muito aos deveres do Estado perante aqueles que ficaram deficientes no cumprimento do serviço militar obrigatório.

Os representantes das Delegações manifestaram algumas reservas e oposição sobre o Orçamento da ADFA para este ano, o que obriga a DN a tentar encontrar outras plataformas de trabalho para ultrapassar dúvidas e repor o normal funcionamento e confiança entre os Órgãos Nacionais e as Delegações.

6 16h00, a ADFA esteve reunida com o **presidente da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP)**, Luís Barbosa, acompanhado pelo segundo vice-presidente.

Neste encontro debateu-se a situação do Lar Militar e o projecto de desenvolvimento que a CVP pretende implementar, já anteriormente debatidos com a vice-presidente, Cristina Louro na reunião no passado dia 6 de Fevereiro, na Sede da ADFA.

José Arruda, afirmou ao presidente da CVP a disponibilidade da ADFA em cooperar activamente no projecto de desenvolvimento do Lar Militar, desde que, sejam salvaguardados os direitos ao internamento naquela Instituição dos Deficientes Militares, de acordo com o Decreto-Lei 43/76 de 20 de Janeiro, como também as obrigações do Ministério da Defesa Nacional nestas matérias.

Acrescentou ainda que seria útil um protocolo de cooperação entre o Ministério da Defesa Nacional, a CVP, a ADFA, entre outras possíveis Instituições, com a finalidade de assumir publicamente os vários parceiros no desenvolvimento do projecto global do Lar Militar, que defina claramente os objectivos a alcançar, os meios financeiros, meios humanos a empenhar e a salvaguarda dos direitos dos Deficientes Militares dependentes.

Ainda sobre este assunto, o associado Jerónimo de Sousa elaborou um esboço para o projecto do Lar Militar, que entregou ao presidente da DN no corrente mês, para uma apreciação.

Nesta acção estiveram presentes, o presidente da DN, José Arruda e o 2º vice-presidente, Lopes Dias.

7 20h00, 7º Aniversário da Associação de Praças da Armada, no Centro de Congressos de Lisboa, Espaço Tejo.

A ADFA esteve representada pelo 3º secretário, Arlindo dos Santos.

Se quiser conhecer melhor esta associação consulte o site www.apracas.pt.

8 15h00, Dia Internacional da Mulher, Colóquio "A Intervenção da APOIAR na Mudança da Mulher do Ex-Combatente Vítima de Stress de Guerra", realizou-se no Salão do Liberdade Atlético Clube.

Esta homenagem foi dedicada a todas as mulheres, mães, irmãs ou filhas de ex-combatentes.



16h00, o presidente da Direcção Nacional, José Arruda, acompanhado pela jurista Helena Afonso, esteve numa **reunião com o director Central da Caixa Geral de Aposentação (CGA)**, Serafim Amorim, em Lisboa.

Nesta reunião foram abordadas os seguintes pontos:

Art.º 40.º Estatuto de Aposentação: Processos em que já foi proferido despacho, correndo o prazo para interposição de AAE;

- Processos em que foi pedido despacho, mas que ainda não foi notificado o interessado;

- Situação em que os interessados ainda não tiveram conhecimento de que o processo foi devolvido ao Ramo pela CGA.

DL 503/99, de 20 NOV: Aplicação pela CGA do DL 503/99 aos deficientes militares tratando-se de doenças adquiridas no SM ou lesões resultantes de acidentes ocorridos anteriormente à sua entrada em vigor;

- Aplicação da L 100/97, de 13SET e DL 143/99, de 30ABR – incapacidades inferiores a 30% dão lugar à remição da pensão;

Contagem tempo serviço militar – L 9/2002, de 11 FEV: Numa primeira fase (2004), a CGA pagou à mesma pessoa, desde que reunisse os requisitos, o Acréscimo Vitalício de Pensão (AVP) e o Complemento Especial de Pensão (CEP);

- Posteriormente, a CGA deixou de o fazer porque, segundo informação do NER da CGA, os dois "subsídios" são inacumuláveis – o AVP tem natureza indemnizatória e é cumulável com outras prestações – Cfr. art.º 7.º n.º 4 do DL 160/2004;

- Ainda há casos em que a CGA não tem em consideração o tempo de serviço militar para efeitos de aposentação (art.º 8.º da L 9/2002, e art.º 12.º do DL 160/2004, de 02JUL), quando o interessado fez o requerimento ao abrigo da L 9/2002 e preenche os requisitos para o efeito;

- Incidência de IRS sobre o CEP.

Morosidade dos processos: Quer na convocação do interessado para ser presente a uma junta médica;

- Quer na publicação da sua pensão em DR.

Decisões judiciais: A CGA não executa algumas decisões judiciais espontaneamente, acarretando morosidade na resolução da questão e onerando o interessado em despesas.

Retenção na fonte em sede de IRS: Critério que a CGA segue quando o interessado recebe pensão de DFA e pensão de aposentação.

Doenças agravadas e doença do foro psíquico e outras: Atribuição de pensão a doenças agravadas e a doenças do foro psíquico

Juntas médicas da CGA: Discrepância entre as decisões da junta médica militar e as da junta médica da CGA;

22

Dia Mundial
da Água

23

Dia
Meteorológico
o Mundial

24

Dia do
Estudante

26

Dia do Livro
Português

27

Dia Mundial
do TeatroDia Mundial
do Dador de
Sangue

MUNDO

- Alteração da composição da juntas médicas da CGA do art.º 119.º do EA (dois médicos CGA e um do Ramo), passando a ser constituída por um médico da CGA, um do Ramo e outro indicado pelo interessado.

Estreitamento das relações entre a CGA e a ADFA.

A CGA já respondeu a alguns assuntos abordados nesta reunião, porém ainda há algumas questões que tem de ser clarificadas.

No entanto, considera-se positivo o facto de o director central ter indicado um elemento do quadro superior da CGA, para um contacto mais próximo entre a ADFA e esta Entidade.

15h00, Tomada de posse dos Órgãos Sociais da Associação Nacional de Sargentos, na Messe dos Sargentos, em Lisboa.

14 Dia da Incontinência Urinária, um problema que afecta milhões de pessoas, que no dia-a-dia, tem de lidar com o desconforto, embaraço físico, psicológico da situação, como também os custos sociais e económicos da incontinência.

Actualmente há tratamento para alguns tipos de incontinência e em alguns casos mesmo a cura.

No entanto pode consultar o site www.apurologia.pt da Associação Portuguesa de Urologia para mais informações.

15/16 Conferência Internacional sobre o Combate à Pobreza e à Exclusão Estratégias para o Século XXI, no Fórum Lisboa.

Nesta acção esteve presente o presidente da Direcção Nacional da ADFA, convidado pelo vereador da Câmara Municipal de Lisboa, Lipari Pinto.

17 11h30, no 13º passeio "Mimosa - Avós e Netos", foi mais uma iniciativa de sucesso, onde participaram cerca de 4.000 pessoas.



18 11h00, Aniversário da Associação Portuguesa de Veteranos de Guerra, em Braga.

A ADFA esteve representada neste festejo pelo presidente da Delegação de Famalicão, Anquises de Carvalho.

22 a 21 Abr, 10h00 às 16h00, está patente a Exposição "Objecto Simulado", no pavilhão 24, no Hospital Júlio de Matos, em Lisboa.

O refúgio de alguns doentes deste Hospital é o atelier de arte situado no pavilhão 26, a Unidade de Terapia Ocupacional, onde através da arte se sentem úteis à sociedade.



Estes "criadores", dão vida às telas onde as cores na paleta se misturam e tomam forma, deixando para trás o estigma da doença mental.

Mas, estes doentes não estão sozinhos nesta caminhada de recuperação, contam com a ajuda do Serviço de Reabilitação do Hospital, bem como artistas plásticos que se juntam a esta iniciativa "Objecto Simulado": André Sier, António Bolota, Artur Moreira, Inês Botelho, João Leonardo, João Seguro, Jorge Feijão, José Ribeiro, Luís Nobre, Paulo Brás; Pedro Cardoso, Romeu Gonçalves, Sandro Resende, Susana Guardado, Valter Pinguinha.

A ADFA sabe a importância que estes projectos têm para os doentes, pois alguns até são associados da ADFA, e não ficou indiferente ao pedido de apoio para esta exposição. Por isso, decidiu patrocinar um catálogo a preto e branco com 16 páginas, com todas as obras expostas no pavilhão 24.

15h00, Reunião no SNRIPD com o presidente da ADFA.

O tema abordado foi sobre a política de apoios financeiros aos Sub-Programas de Apoio Técnico, Financeiro às Actividades Regulares das ONGS para o corrente ano.

23 23, 11h00, Moita, Visita guiada às instalações da Riberalves, patrocinador oficial do Projecto Super-Atleta Galp Energia/Fundação Luís Figo Pequim 2008.

Os presentes neste almoço-convívio tiveram a oportunidade de acompanhar todo o processo de preparação e produção do bacalhau.

Os convidados foram: os corredores profissionais de ciclismo Riberalves/Boavista; o chefe de missão paralímpica, Jorge de Carvalho, o atleta paralímpico Gabriel Potra e os ciclistas André Penedo da ANDDEM; o representante da FPDD, vice-presidente, José Cavaleiro, o presidente-adjunto do Boavista FC, Tavares Rijo; o director técnico, José Santos; o director-adjunto Luís Machado e o relações públicas Vítor Gamito e o presidente da Câmara Municipal da Moita, João Manuel de Jesus Lobo.

Este convite foi formulado pela Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes e a ADFA fez-se representar pela secção de Ciclismo, pelos seguintes associados: Farinho Lopes, Joaquim Filipe e José Santos.

27 14h30, a ADFA esteve numa reunião do CCADFA, no Ministério da Defesa Nacional.

A Direcção Nacional apresentou nesta reunião os seguintes pontos:

- Apresentação da nova Direcção Nacional da ADFA, com exposição das principais preocupações e projectos: ADM, sobre o carácter indemnizatório das pensões, clarificação do conceito de campanha, furriéis, reestruturação das carreiras, Lei 43/99, situação das viúvas, deficientes das Forças Armadas, PALOP, imposto automóvel, ADFA Rede Solidária; Ponto da situação sobre o estudo relativo ao universo dos deficientes militares (Despacho SEDNAM, de 2006.07.18), coordenado pela DGPRM, com a colaboração dos três Ramos e Associações de Deficientes Militares e o Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa.

Em relação à questão da saúde dos deficientes militares, a ADFA propôs que se realizasse no corrente ano, uma conferência sobre saúde Militar, com a intenção de reunir os responsáveis por esta área da saúde, dos três ramos das Forças Armadas.



O objectivo desta conferência será a troca de experiências, uniformizar critérios, procedimentos, potenciar capacidades existentes para otimizar os serviços de saúde a prestar aos deficientes Militares e das suas famílias.

A ADFA reafirmou novamente a sua posição em relação ao Lar Militar, já manifestada anteriormente, no dia 6 de Março, na reunião com o presidente da Cruz Vermelha Portuguesa.

Nesta iniciativa estiveram presentes, o presidente da Direcção Nacional, o 2º vice-presidente, Lopes Dias, a jurista, Helena Afonso e a técnica Paula Afonso.

21h30, Dia Mundial do Teatro, a Companhia de Teatro de Braga (CTB), organizou um debate sobre a Guerra Colonial e convidou diversas Associações de



Abril

1
Dia das
Mentiras

2
Dia
Internacional
do Livro
Infantil

7
Dia Mundial
da Saúde

12
Dia Nacional dos
Moinhos

12
Dia do
Cosmonauta

22
Dia Mundial
da Terra

23
Dia Mundial
do Livro e
dos Direitos
de Autor

antigos combatentes a participarem, que terá lugar no Espaço Alternativo PT.

A ADFA esteve representada pelo presidente da Delegação de Famalicão, Anquises de Carvalho.

21h30, a Companhia de Teatro de Braga (CTB), no âmbito da comemoração do Dia Mundial do Teatro, apresentaram um espectáculo "Pára-me de repente" de Virgílio Alberto Vieira (um olhar sobre a Guerra Colonial).

No dia 30, houve uma troca de impressões sobre a Guerra Colonial com o autor e outras Associações.

A ADFA esteve representada pelo presidente da Delegação de Famalicão, Anquises de Carvalho.

28 10h00, o presidente da ADFA esteve na reunião preparatória do Conselho Municipal para a Integração da Pessoa com Deficiência, no Edifício Central da Câmara Municipal de Lisboa, no Campo Grande.

Recordamos que o reinício da actividade do CMIPD, vem na sequência da realização da Assembleia Municipal de Lisboa no dia 16 de Maio de 2006, no Fórum Lisboa, com o tema "O Cidadão Portador de Deficiência e a Cidade", na qual as Organizações de e para Pessoas com Deficiência, apelaram para que o CMIPD fosse reactivado.

31 Sábado, 14h00, Assembleia Nacional Ordinária (AGNO), no Auditório do Colégio Militar, em Lisboa.

10h00, Tomada de Posse dos Concelhos Jurisdicional, Reabilitação e Económico.

2 10h00, conferência "Inclusão Digital: apresentação de resultados de projectos", na Escola Superior de Educação de Leiria.

A ADFA participou e apresentou os resultados dos projectos submetidos no âmbito da linha de financiamento Inclusão Digital, uma iniciativa da Unidade de Missão de Informação do Conhecimento (UMIC) e do Programa Operacional Sociedade do Conhecimento (POSC).

A UMIC convidou o associado Capela Gordo para coordenar esta iniciativa e o 1º secretário, Sérgio Azougado, apresentou "Cyber-esquina".

Os participantes nesta conferência contaram com 6 sessões temáticas de apresentações e contactaram directamente com alguns dos produtos desenvolvidos, numa exposição que decorreu durante o evento.

O financiamento da Inclusão Digital surgiu na sequência do Programa Nacional para a Participação dos Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação (RCM 110/2003) e foi criada no seio do Programa Operacional Sociedade do Conhecimento.

O número de projectos ronda quase os 50, num

total de 3,6 milhões de euros de investimento, em que participaram: universidades, centros de investigação & desenvolvimento, empresas, câmaras municipais e instituições de e para pessoas com deficiência, estes são os números avançados pela iniciativa Inclusão Digital.

Esta acção enquadra-se no programa governamental Ligar Portugal, o qual reconhece nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e na informação digital um grande potencial à participação em sociedade de pessoas com necessidades especiais, principalmente pessoas com deficiência e pessoas idosas.

A Inclusão Digital, conta com o apoio European Design for All e Accessibility Network (EDeAN), do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD) e do Centro de Recursos Inclusão Digital (CRID) da Escola Superior de Educação de Leiria.

A secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz, nesta iniciativa fez um "apelo aos membros do governo e aos dirigentes dos serviços públicos, não é legítimo que os nossos portais e os nossos sites não cumpram a acessibilidade mínima que foi em tempos adoptada como oficial".

Se estiver interessado em obter mais informações, pode consultar o site da ADFA, www.adfa-portugal.com.

3 10h30, Debate sobre as Doenças Raras, que tem como objectivo informar, sensibilizar a população portuguesa, no Auditório do Jardim Zoológico de Lisboa.

12 19h30, reunião do CNRIPD. Apresentação do estudo "Modelização das Políticas e das Práticas de Inclusão Social das Pessoas com Deficiência em Portugal".

A ADFA irá estar presente.

14 9h00, Dia do Combatente, na Batalha. A ADFA decidiu aceitar o convite da Liga dos Combatentes para esta cerimónia.

10h00, Sábado, a Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes (CNOD), organiza o 17º Encontro Nacional de Deficientes, em Peniche.

10h00 às 18h00, Conferência "Compromisso Cívico para a Inclusão", no Centro Nacional de Exposições, em Santarém.

Esta é uma iniciativa promovida pelo presidente da República, Cavaco Silva.

15 8h45, a Fundação Carlos Lopes, lança iniciativa Portugal "Correr em Família", com uma distância de 1.000 metros, que irá ter início no Parque das Nações, junto ao Pavilhão de Portugal. Se quiser participar inscreva-se até ao dia 10 de Abril, para o telefone 21 795 62 05 ou para o telemóvel 969657439.

O valor da inscrição é de € 2,00 por cada pessoa e uma parte reverte para a Raríssimas.

18 a 21, Futurália – Feira da Juventude, Qualificação e Emprego, exposição educativa direccionada para jovens a partir dos 14 anos de idade.

Esta é uma iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa e a Associação Industrial Portuguesa.

23 18h00, Debate sobre o 25 Abril, no Auditório Jorge Maurício, aberto a todos os associados militares, familiares e amigos.

Nesta acção vamos poder contar com a presença do presidente da Associação 25 Abril, Coronel Vasco Lourenço.

24 24, 20h00, jantar comemorativo do 25 Abril, para os associados e seus familiares, na Sede da ADFA.

Nesta celebração vão estar presentes os Órgãos Nacionais e os Órgãos da Delegação de Lisboa.

O jantar é no valor de 10 euros, para mais informações pode contactar: Dª Conceição Valente, para o telefone 21 751 26 00, ext. 274.

7 Lousã, a Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã (ARCIL), vai realizar o 3º Festival da Canção para Pessoas com Deficiência Mental.

Esta acção tem como objectivo a selecção do representante de Portugal na 7ª edição do Festival Europeu.

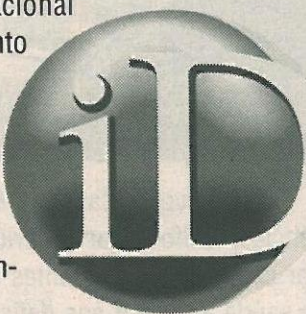
Para mais informação pode consultar o site www.arcil.org.

20/21 A CNOD, organiza o 9º Congresso Nacional dos Organismos de Deficientes, com o tema "Não à discriminação – Inclusão como Direitos Humanos".

Esta acção irá decorrer no Pavilhão Municipal de Exposições da Moita.

Para mais informações pode consultar o site www.cnod-deficientes.org.

O livro a "Geração do Fim" – Infantaria 1950-2004, editado pela Prefácio, já se encontra à venda na FNAC com o valor de 19,35 euros.



CULTURA



Dia Mundial do Escutismo

Dia Nacional da Educação de Surdos

25
Dia da Liberdade

26
Dia Mundial da Propriedade Intelectual

28
Dia Mundial da Prevenção e Segurança no Trabalho

29
Dia Mundial da Dança

LIVRO DA

Breves

Centro de Dia/Clube Sénior

A Direcção Nacional nos contactos obtidos com a presidente do Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa, sobre o financiamento do projecto do Centro de Dia/Clube Sénior, solicitou à Delegação de Lisboa para elaborar este projecto para ser apresentado à Segurança Social.

Aquisição de viatura

A Direcção Geral das Alfândegas, deixou de aceitar declarações emitidas pela Direcção do Serviço de Pessoal dos respectivos Ramos, para a aquisição de viatura dos deficientes Militares em serviço, o que implica que os utentes recorram à Delegação de Saúde para obterem outra declaração.

Esta situação tem implicações negativas, tanto pela aplicação da actual Tabela de Incapacidades, como também, pelo facto de ser posto em causa a legitimidade da Entidade Militar, segundo as informações apuradas pelo serviço ADFACAR.

Esta situação será colocada ao Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas (CCADFA).

ADFA candidata-se aos Prémios Gulbenkian

O ex-presidente da república, Jorge Sampaio, apoiou o projecto de candidatura da ADFA aos prémios Fundação Calouste Gulbenkian, que comemora este ano o seu cinquentenário, na área da arte, beneficência, ciência e educação.

Estes prémios destinam-se a reconhecer o trabalho das Organizações Não Governamentais (ONG), que se destaquem no trabalho de solidariedade, no caso da

ADFA, que ajuda pessoas com deficiência e especialmente as acções desenvolvidas desde 1974, na inclusão dos deficientes Militares, na criação de estruturas destinadas ao desenvolvimento das políticas de reabilitação e integração social, bem como na mudança de mentalidades em relação às pessoas com deficiência.

Esta candidatura tem como objectivo, realçar o projecto Rede Solidária, caso seja atribuída alguma verba à ADFA.

Financiamento da RNA 2006/07

No âmbito do protocolo subscrito entre a ADFA e o Ministério da Defesa Nacional, relativo ao Plano de Actividade referente aos Pólos de Lisboa e Porto, foi atribuída uma verba para os anos de 2006 e 2007.

Estas verbas são referentes à Rede Nacional de Apoio (RNA) aos Militares e ex-Militares portadores de perturbação psicológica crónica, resultante da exposição a factores traumáticos de stress durante a vida Militar.

A coordenadora Nacional deste Projecto, Teresa Infante, vai articular com o director Clínico da ADFA, Fernando Brito, a técnica de contas, Teresa Alvarez e com o pólo da Delegação do Porto, a aplicação das normas e procedimentos redefinidos pela Comissão Nacional de Acompanhamento à Rede Nacional da Apoio.

FMAC

O associado Santa Clara Gomes, membro da Comissão Organizadora, informou a secretaria de Estado da Defesa Nacional sobre os objectivos a alcançar com esta reunião Europeia, sobre a realização da 21ª Reunião da CPAE, com o objectivo de se criarem as condições de financiamento exigidas para este encontro.

"Sempre Jovens", um Projecto de Gerontomotricidade

"As Juntas de Freguesia de S. João e do Beato, em Lisboa, promovem ginástica de manutenção moderada, destinada a maiores de 50 anos."

Se estiver interessado pode pedir mais informações para o telemóvel 96 615 87 03.

Idade Maior, nº 6 - 2006/07

Oitenta Municípios já aderiram à Rede Nacional "Mobilidade para Todos"

"O Porto tornou-se hoje o 80º Município a aderir à Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos, que visa facilitar a vida em meio urbano aos portadores de deficiência."

Portal do Cidadão Com Deficiência02Mar07

Terapia da Fala em centros de saúde

"Quase duas centenas do distrito de Bragança vão deixar de percorrer dezenas de quilómetros e esperar mais de um ano pelo tratamento através da terapia da fala, anunciou ontem uma fonte da sub-região de saúde local."

Primeiro de Janeiro06Mar07

Junta vai levar doentes ao médico

"Os doentes de Amonde que se debatem com dificuldades de transportes para consultas ou tratamentos médicos vão passar a ser transportados pela junta local, que beneficiará de apoio da Câmara de Viana do Castelo para

o efeito, o primeiro do género a ser atribuído no concelho. (...)"

JN08Mar07

Deficientes e motards pagam mais

"As motas e os cidadãos com deficiência que vendam os seus automóveis antes de cinco anos vão pagar mais imposto. Esta é uma das consequências da Reforma da Tributação Automóvel ontem apresentada por Amaral Tomaz, secretário de Estado dos Assuntos Fiscais."

CM09Mar07

Câmara identifica piores locais para estacionar na cidade

Resposta do Governo sobre parques dissuasores é aguardada há um ano

"(...) Até agora, já foram identificadas três zonas: "a zona histórica ribeirinha, pela própria morfologia urbanística; zonas intermédias, semi-recentes, como o bairro de Campo de Ourique e zonas novas como Benfica, onde as edificações [da década de 1970 e 80] não incluíam garagens. (...)"

Metro20Mar07

Aparelho pretende acabar com solidão e isolamento

"Um serviço, hoje apresentado, permitirá aos idosos, às e a pessoas com problemas de mobilidade de Lisboa estarem 24 horas por dia ligados a uma central de apoio com assistentes sociais, com quem poderão comunicar se se sentirem mal, sós, confusos ou, simplesmente, precisarem falar."

Destak21Mar07

ADFA na ERA DIGITAL

A ADFA está a mudar, quer acompanhar a Era Digital, as novas tecnologias da informação. Por isso, já estão em preparação os projectos seguintes:

- ELO Digital tempo real, on-line pela Internet, a agenda, acontecimentos, eventos, documentos diversos, fotografias e notícias da vida associativa da ADFA;
- O sistema gratuito vídeo-chamada telefónico para as delegações entre computadores, já foi concluído com sucesso.

Este sistema vai estar disponível para todas as Delegações, todos os computadores da sede nacional da ADFA e associados que queiram comunicar gratuitamente. Para instalação deste sistema o Departamento de Informática Nacional, António Cardoso, prestará toda a assistência necessária;

- Nova página da ADFA na Internet dispondo de base de dados SQL de última geração, zona de administração por zonas temáticas (serviços jurídicos, serviços clínicos, ADFACAR, apoio ao associado, informações úteis, votação de questão semanal, colocação de documentos banner publicitário de promoção a evento pontual, colocação on-line de vídeos e documentos em formato Acrobat Reader, Word, entre outros, pesquisa de palavras chave, registo para utilizadores, zonas de conteúdos restritos somente a utilizadores registados.

- De acordo com o protocolo efectuado com a Fundação Portugal Telecom, irá proceder-se à instalação de um gabinete de apoio ao cidadão com necessidade especial na Sede Nacional da ADFA e na Delegação de Bragança, acompanhamento e aconselhamento técnico da instalação de um terceiro gabinete, este de apoio ao estudante com necessidades especiais na Universidade de Évora.

Penalização nas reformas antecipadas só em 2015

"(...) Só nessa altura é que termina o período de transição que eleva a idade de reforma dos trabalhadores da Administração Pública até aos 65 anos. A percentagem já está definida e é de 0,5% por cada mês que faltar para a idade legal. A penalização pode ser mais branda para quem tiver mais de 40 anos de trabalho, pois cada dois anos de serviço corresponde a menos 12 meses na penalização. A pensão será mais elevada (de 0,33% a 1%) para quem optar continuar no activo quando já tiver condições para se aposentar."

Destak21Mar07

Dinheiro disponível mais cedo

"O decreto-lei que altera a data-valor de qualquer movimento de depósito à ordem entrou hoje em vigor. A nova lei estabelece um prazo máximo de dois dias para a disponibilização do dinheiro, sendo que, em grande parte das operações, tem que ficar disponível de imediato. (...)"

O Primeiro de Janeiro15Mar07

"Sempre Jovens", um Projecto de Gerontomotricidade

"As Juntas de Freguesia de S. João e do Beato, em Lisboa, promovem ginástica de manutenção moderada, destinada a maiores de 50 anos. Estas aulas decorrem durante todo o ano, com excepção do mês de Agosto, e têm como objectivo promover a actividade e o convívio na terceira idade." Se estiver interessado pode pedir mais informações para o telemóvel 96 615 87 03.

Idade Maior, nº 6 - 2006/07



Delegações

CASTELO BRANCO



Comemorações do 32.º aniversário

Conforme noticiado nos anteriores ELO, a delegação levou a efeito a comemoração do seu 32.º aniversário no passado dia 10 de Março, a que estiveram presentes várias entidades da região, bem como representantes de Órgãos Sociais nacionais e de várias delegações da ADFA, para além de muitos associados e familiares que não quiseram deixar de acompanhar nesta data festiva, mas também de reflexão. Da sessão solene, que antecedeu o almoço num hotel da cidade, transcrevemos as palavras alusivas então pronunciadas pelo presidente da direcção da delegação, João Carmona:

“Mais uma vez, estamos aqui reunidos e hoje para comemorar o 32.º aniversário da nossa Delegação. Para além do simbolismo que esta data representa para a nossa Delegação, ela representa também trinta e dois anos de luta, com batalhas ganhas e perdidas, por aquilo a que nos achamos com direito pelas mazelas que sofremos na Guerra Colonial. Infelizmente, para nós, a luta terá que continuar pois muitos dos objectivos que nos propusemos alcançar estão muito longe de o ser.



Senhor Presidente da Câmara, são para V. Ex.ª as minhas primeiras palavras. Em primeiro lugar para lhe agradecer a sua presença neste acto, que tanto representa para nós, e depois para reafirmar, mais uma vez, que não retiro sequer uma vírgula aos elogios que no ano transato tive oportunidade de lhe dirigir. Na nossa nova Sede nem tudo está bem, como é do seu conhecimento, mas eu não posso imputar-lhe a mínima responsabilidade por isso. V. Ex.ª promete, V. Ex.ª cumpre e eu tenho a certeza que no próximo ano os problemas que agora temos estarão resolvidos. Os senhores engenheiros responsáveis pela obra votamos ao ostracismo e não adianto nada em falar com eles. É inconcebível que passado um ano não tenhamos sequer uma placa a identificar a nossa Delegação. Senhor Presidente sem a intervenção de V. Ex.ª não vejo maneira de tudo ser resolvido e é por isso que, mais uma vez, estou a apelar-lhe para nos ajudar. O Senhor é o maior amigo da nossa Delegação, tenho a certeza que vai sê-lo enquanto ela existir.

Também ao senhor Presidente da Junta de Freguesia não posso deixar passar esta oportunidade para lhe agradecer o empenho e a disponibilidade que sempre tem tido para nos ajudar a minorar as nossas carências.

Para as entidades, civis e militares aqui presentes quero deixar também uma palavra de agradecimento pelo apoio que nos têm prestado sempre que o mesmo lhes tem sido solicitado.

Senhor Presidente da Direcção Nacional, primeiro que tudo quero felicitá-lo por ter tido a coragem de assumir os destinos da nossa Associação nas eleições recentemente realizadas. Todos sabemos as dificuldades que temos que enfrentar mas já o conheço há muitos anos e sei que os desafios que tem que enfrentar não o amedrontam porque é um lutador por natureza. O programa que a nova DN apresentou não será fácil de por em prática mas sei que a sua cora-

gem e determinação não vão ser obstáculo para tentar concretizar os objectivos que se propõe alcançar.

Sinceramente não sei o que nos irá dizer hoje mas quero dizer-lhe, aqui e agora, que estarei sempre ao seu dispor para lhe prestar o meu modesto contributo sempre que o achar necessário. Uma coisa lhe vou pedir: que olhe para todas as Delegações da mesma maneira e que elas sejam tratadas em pé de igualdade de modo a que as suas carências sejam minimizadas.

Caros associados, melhor dizendo, amigos, se vos disser que há poucos dias cheguei a equacionar a hipótese de hoje vos anunciar aqui a minha saída, dos Órgãos Sociais da Delegação, talvez vocês não acreditem.

Não o faço porque não quero desmerecer a confiança que vocês depositaram em mim nas últimas eleições e sobretudo porque gosto de desafios. Virar a cara à luta num momento tão difícil como o que atravessamos seria cobardia da minha parte e a minha postura de estar na vida rege-se por cumprir aquilo que prometo.

Esta Direcção de Delegação apresentou para este ano um programa que espera poder pôr em prática, para isso conto com o apoio da DN e das entidades que sempre têm estado connosco e estou certo que, mais uma vez, eles não nos vão faltar.

Vamos dar início a uma nova série de colóquios nas escolas da nossa área e temos já agendado para o dia 26 de Abril um colóquio em Silves. Na passada semana tive uma reunião com a sr.ª vereadora Cristina Granada, da Câmara Municipal de Castelo Branco, para agendarmos outros em escolas da nossa cidade e estou certo que não vamos ficar por aqui.

Teria imenso prazer em vos poder anunciar aqui que alguns dos objectivos porque temos lutado foram alcançados mas, para além do problema dos furriéis, nada mais foi alcançado. O 134/97 continua em banho-maria. Do 167/2005 nem é bom falar, pois a nossa assistência médica qualquer dia não passa de uma miragem. Dos deficientes em serviço e das viúvas zero. E a nossa velhice como é que vai ser? Tantas promessas por cumprir, de Governos democraticamente eleitos, que é chegado o momento de dizer “BASTA”.



Senhor Presidente da DN, a nossa paciência há muito está esgotada e a nossa luta tem que ser cada vez mais firme de modo a que os nossos objectivos sejam concretizados. Vamos unir-nos ainda mais e a nossa vitória será irreversível.

Meus amigos, lamento imenso mas nada vos posso prometer, porque as grandes decisões não dependem de mim, o que posso garantir-vos é que a nossa Delegação vai continuar a ser respeitada e que vou defender aquilo a que nos achamos com direito até ao limite das minhas capacidades. Tende sempre presente que a razão da força acaba sempre por ser derrotada pela força da razão e que esta está do nosso lado.

Às Delegações que tanto nos honram com a sua presença, eu quero transmitir a minha muito sincera gratidão. A nossa coesão é a única saída possível para concretizar os objectivos que nos propusemos alcançar, desde 14 de Maio de 1974, em prol da ADFA e dos seus associados.

Esposas e companheiras dos sócios aqui presentes, já estavam a pensar a pensar que me tinha esquecido de vós. Como poderia tal ser possível, se tenho

a plena consciência de que o vosso apoio e a vossa ajuda são o melhor remédio para minorar o sofrimento, daqueles que vos são mais queridos. Peço-vos que continuem com a mesma paciência e que aceitem todo o meu reconhecimento e gratidão pelo vosso empenho.

Órgãos de Comunicação Social, também para vós a minha gratidão não tem limites. Vós sois a mola real de toda e qualquer actividade. Seria injusto da minha parte não realçar aqui o empenho com que têm divulgado e dinamizado as actividades em que nos temos envolvido

À funcionária da nossa Delegação não quero deixar de o manifestar aqui os meus agradecimentos pelo empenho, dedicação e profissionalismo com que sempre tem desempenhado as tarefas que lhe estão incumbidas.

Vou terminar agradecendo, mais uma vez a contribuição de todos vós para que o 32.º aniversário da Delegação de Castelo Branco pudesse ter a dignidade e o simbolismo pretendidos. A todos Bem Hajam

Viva a delegação de Castelo Branco!
Viva a ADFA!”

O 32.º aniversário na imprensa local

A comunicação social da área da delegação não passou despercebida a comemoração do seu 32.º aniversário, tendo vários jornais dedicado algum espaço ao evento, nomeadamente o “Reconquista”, o “Povo da Beira” e a “Gazeta do Interior”, destacando principalmente não só as palavras do presidente da direcção da delegação como também as dos presidentes da autarquia, Joaquim Morão, e da direcção nacional, José Arruda, reflectindo todas elas preocupação ou solidariedade pelos problemas prementes que afligem os deficientes das Forças Armadas.

COIMBRA



Passeio à Serra da Estrela

Conforme divulgado no jornal anterior, a delegação de Coimbra, no cumprimento do Plano de Actividades da sua Direcção para o ano 2007, irá organizar uma viagem turístico-cultural à zona da Serra da Estrela, com data já marcada para o dia **21 de Abril** próximo (sábado).

Todos os associados interessados poderão fazer a sua inscrição na Delegação ou por telefone, devendo notar-se que as mesmas encerrarão logo que a lotação do autocarro fique completa. Portanto... apressem-se!

Sendo a concentração em Coimbra, junto à margem esquerda do rio Mondego – Estádio Universitário/Ponte de Santa Clara, o programa é o seguinte:

08H00 – hora de saída prevista,
11H30 – comboio turístico no Largo da Feira em Seia.

12H00 – almoço no restaurante do Museu do Pão, onde se fará uma visita guiada, com a seguinte ementa: tamboril no forno c/estufado de legumes e ensopado de borrego.

Preço por adulto: 27,50€ (tudo incluído),
Preço por criança (lugar de autocarro e almoço): até aos 3 anos » grátis, dos 4 aos 11 anos » 20,00€

Carta de campista

Já estão ao dispor dos associados campistas as cartas para o ano de 2007, podendo as mesmas ser requisitadas nestes serviços c/ pagamento prévio.

Validade do cartão provisório ADM

Chama-se a atenção para o cartão provisório da ADM, que continua a ter validade até 30 de Junho de 2007, data prevista para o processo de normalização dos cartões definitivos, conforme informação que nos foi prestada pelo IASFA- Instituto de Acção Social das



Delegações

Associado, apoia a tua delegação e a ADFA comparecendo às suas iniciativas!

Forças Armadas, estando as entidades prestadoras a ser devidamente avisadas.

... e participação

Relativamente à participação/ADM, os associados devem ter em atenção que não convém reter em casa os documentos para os respectivos reembolsos, enviando-os de imediato para a Delegação.

ÉVORA



Passeio ao centro do país

A delegação está a organizar um passeio ao centro do país, nomeadamente a Tomar, Alcobaça, Batalha, Óbidos e Peniche, previsto para os dias **7, 8 e 9 de Junho** e destinado a todos os associados e familiares, com partida de Évora às 08H00 do dia 7 e regresso no dia 9 pelas 19H00.

As inscrições estão abertas na delegação até ao dia 15 de Maio próximo. Mais informações na delegação ou através do telefone 26 670 34 73

FARO



28.º aniversário da Delegação

A delegação vai levar a efeito, no próximo dia **7 de Abril**, o seu tradicional convívio de aniversário.

O almoço, de que os pratos fortes serão "arroz de marisco e febras de porco à maneira", decorrerá na COOPCPA, em Faro, havendo música para dançar durante a tarde.

O preço é de 15,00 euros por pessoa, devendo as inscrições ser feitas na delegação até às 18H00 do dia 5 de Abril.

LISBOA



Virar a página

Nos últimos anos da ADFA se houve alguma coisa que os associados desejaram foi que a política associativa fosse alterada no sentido de todos podermos participar nos actos associativos que directa ou indirectamente nos dizem respeito.

Ou seja, em conjunto com Órgãos Sociais poderemos ajudar a determinar as políticas associativas que possam interferir no nosso presente e no nosso futuro como militares deficientes.

Do mesmo modo desejaram os associados que o nosso Jornal ELO não tivesse a política de recusar os escritos daqueles que, no uso dos seus direitos, queriam participar com as suas ideias e opiniões associativas mas que não eram aceites por não coincidirem com as ideias dos responsáveis do "ELO".

Por isso, foi com alguma tristeza que os associados, aos quais lhes foi negado o pedido de exercerem o direito de resposta ao abrigo da Lei da Imprensa, tivessem que ouvir a Alta Autoridade para a Comunicação Social, a ordenar aos responsáveis do "ELO" que esse direito é legítimo, deve ser aceite e publicado.

Mas passado que está algum tempo desde que os Órgãos Sociais Nacionais tomaram posse e pelo que já se começa a vislumbrar tudo indica que esses desejos começam a concretizar-se. A vida associativa começa a dar sinais positivos de alguma vitalidade e a participação dos associados nas questões associativas é já um bom sinal, para o bem da ADFA, no tão desejado encontro de identidades.

É o começo de uma nova forma de se estar na ADFA o que desde já nós saudamos.

Fim de semana "Festa do vinho verde"

Conforme já anunciado no ELO anterior, o Departamento de Cultura, Desporto e Lazer da delegação vai organizar nos próximos dias 28 e 29 de Abril um passeio de fim de semana ao norte de Portugal - "Festa do vinho verde", com o seguinte programa:

- dia 28 - saída da ADFA-sede pelas 08H00, seguindo-se por Leiria, Coimbra, Porto e Ponte de Lima, onde se almoça. De tarde prossegue-se por Ponte da Barca, Arcos de Valdevez (pequena paragem), Serra da Peneda, Monção e Valença, histórica cidade amuralhada que se visita e onde se janta, faz prova de vinhos da região, baila, ceia e pernoita!

- dia 29 - após pequeno-almoço no hotel, saída para embarcar em catamaran para passeio no rio Minho, seguindo-se depois, já em autocarro, para almoço típico em quinta da região do vinho verde, acompanhado por cantares tradicionais. Em hora então a combinar, saída para Lisboa, com passagem por Porto, Antuã e Mealhada (paragem).

O preço, que inclui a viagem, o alojamento, pequeno-almoço, almoços e jantar, passeio barco, baile e cantares, é de 135 euros/pessoa em quarto duplo (suplemento de 15 euros para individual), pagando as crianças até 10 anos, em quarto de adultos, 60 euros.

Reservas e informações até dia 13 de Abril, na delegação ou pelo telefone 21 751 26 00 (Conceição Valente).



NÚCLEO DE AVEIRAS

Comemorações do 25 de Abril

O núcleo de Aveiras de Cima vai participar nas comemorações do 25 de Abril nas Juntas de Freguesia de Azambuja e de Alcoentre.

PORTO



Evocação do 33.º aniversário do 25 de Abril

A delegação leva a efeito, nos dias 24 e 25 de Abril, um programa para evocar o 33.º aniversário do 25 de Abril, de que constam:

Dia 24:
20H00 - jantar no refeitório da delegação com intervenção musical;
Dia 25:
09H00 - cerimónia do içar das bandeiras com a participação de uma secção de caixas e clarins;
09H15 - início do torneio "Troféu da Liberdade", em futebol de cinco, com a participação de 4 equipas.

Passeios 2007

São os seguintes os programas dos passeios já planificados para 2007:

Cruzeiro no Rio Douro - Dia 9 de Junho (sábado)
08H00 - Embarque dos passageiros no cais de Vila Nova de Gaia com destino ao Pinhão,
08H45 - serviço de pequeno-almoço,
12H45 - serviço de aperitivos,
13H00 - serviço de almoço,
17H00 - chegada ao Pinhão e desembarque dos passageiros,
18H00 - comparência dos passageiros na estação da CP do Pinhão para regresso ao Porto,
21H00 - chegada ao Porto (Estação de Campanhã).

Nota: marcação até ao dia 21 de Maio.

Alpes Especiais - de 21 a 28 de Agosto

Com partida de avião do Porto, no dia 21, com destino a Génève (aeroporto de Annecy), o programa inclui visitas, para além desta cidade, a Berna, Innsbruck, Liechtenstein (principado), Luzerna, Interlaken, Zurique, Zermatt, Chamonix, Grenoble e Lyon, sendo o regresso a Pedras Rubras no dia 28.

Nota: marcação até ao dia 30 de Julho.

As inscrições para ambos os passeios podem ser feitas para o:

- Serviço de Atendimento - tlf.: 22 834 72 01

Desporto e Lazer - Programa para 2007

06 a 31 de Janeiro - Torneio das Estações

Modalidades: damas e xadrez

Local: delegação (salão de convívio)

24 de Março - Torneio das Estações

Modalidade: bilhar

Local: delegação (bar)

25 de Abril - Troféu Liberdade

Modalidade: futebol de cinco com a participação de 4 equipas, sendo uma em representação da delegação e outra de militares.

Local: delegação (campo de jogos)

30 de Junho - Torneio das Estações

Receitas

Afinal, do almoço de **Castelo Branco**, que estava óptimo, nada restou, pelo que vamos preencher este espaço com magníficas "sobras" ainda recebidas de **Vila Nova de Famalicão**, em última refeição desta série de receitas que esperamos, sabemos, terem agradado a quem as experimentou.

Polvo guisado

Ingredientes para 4 pessoas:

1,5 kg. de polvo, 1,5 dl. de azeite, 1 cebola grande, 4 tomates, 3,5 dl. de vinho branco, 1 ramo de salsa e 1 dente de alho.

Preparação:

Lava-se muito bem o polvo, cortando-se em bocados regulares os tentáculos e o saco, após o que se introduzem em água durante alguns minutos e escorrem.

Com a cebola picada e o azeite faz-se um refogado pouco apurado ao qual se juntam os bocados de polvo bem escorridos. Junta-se ainda o tomate, tempera-se com um pouco de sal e deixa-se cozer durante 10 minutos. Rega-se nesta altura com o vinho branco e introduzem-se no tacho a salsa e o dente de alho. Deixa-se então cozer brandamente, com o recipiente tapado, até o polvo estar macio.

Rectificam-se os temperos e serve-se em prato coberto.

Para se obter o arroz de polvo acrescenta-se vinho ou água suficientes para cozer o arroz (o dobro do volume do arroz), já depois do guisado pronto.

Cozido minhoto

Ingredientes para 6 pessoas:

1 galinha gorda, 450 g. de presunto, 450 g. de carne de vaca (perna), 1 salpicão, 350 g. de orelheira ou focinho fumados, 2/3 couves tronchuda, 5 cenouras, 10 batatas, sal e pimenta.

Preparação:

Depois de arranjada, introduz-se a galinha numa panela grande com água fria. Junta-se a carne de vaca e a orelheira (ou o focinho). Quando a galinha estiver meio cozida, metem-se na panela o presunto e o salpicão. Meia hora depois juntam-se a cenoura, a couve e as batatas e deixa-se ferver durante mais meia hora.

Para servir coloca-se a galinha e carne de vaca cortada aos bocados no centro de uma travessa e à volta põe-se a orelheira e o presunto também cortado aos bocados, o salpicão às rodela, as cenouras, as batatas e as couves.

O arroz pode ser servido na travessa em que vai ao forno, ou então moldado no centro da travessa e rodeado por todos os ingredientes.

Para o arroz: pica-se a cebola e, numa travessa de barro, aloura-se com o azeite. Juntam-se as asas e o pescoço do frango e presunto cortado aos bocadinhos. Deixa-se refogar. Rega-se o refogado com água - o mesmo volume do arroz -, tempera-se com sal e pimenta, deixa-se levantar fervura e junta-se o arroz lavado e bem escorrido. Logo que levantar fervura, introduz-se o recipiente no forno e deixa-se o arroz cozer até ficar seco e solto.

Bom apetite!





Modalidade: sueca

Local: delegação (bar)

09 a 13 de Julho – IV Semana Desportiva

Modalidades: natação, bóccia, vela adaptada e jogos de orientação

Local: Porto

28 de Julho – Jogos Tradicionais e Populares

Local: Santa Maria da Feira

08 de Setembro – Pesca Desportiva

Local: a definir

29 de Setembro – Torneio das Estações

Modalidade: dominó

Local: delegação (bar)

21 de Dezembro – Torneio das Estações

Modalidade: dardos

Local: delegação (bar)

Nota: estas actividades destinam-se a associados, familiares e amigos, devendo para o efeito fazer as suas inscrições dentro dos prazos fixados nos programas, os quais serão divulgados nos quadros de parede da delegação.

Reunião e abertura dos serviços no 1.º sábado de Abril

Em virtude do 1.º sábado do mês de Abril coincidir com o sábado de Páscoa, informam-se os associados de que a habitual reunião desse dia não se efectuará pelo facto da delegação estar encerrada.

Informa-se ainda de que o Serviço de Atendimento e a reunião passarão para o 1.º sábado do mês de Maio.

UISEU

A delegação vai comemorar o seu 32.º aniversário

Foi há trinta e dois anos que um grupo de associados se uniu e decidiu propor, aos Órgãos da ADFA Nacional, a abertura de uma delegação da associação em Viseu, nesta bela cidade, capital da Beira Alta, para dar apoio a todos os deficientes militares das Forças Armadas e família desta vastíssima região, rodeada por serras, montes e vales.



Hoje, com provas dadas no mundo associativo militar e civil, vamos comemorar o nosso trigésimo segundo aniversário sob o signo da mudança que queremos, exigindo uma assistência médica para todos os deficientes militares e famílias, igualdade no tratamento e reconhecimento do Dec. Lei 134/97 de 31 de Maio, direito à revisão dos processos dos deficientes em serviço e a devida actualização das suas "magras" pensões, reposição da isenção em sede de IRS e compra de carro utilitário, reconhecimento do serviço campanha, actualização das pensões das viúvas para que todos possam ter direito a uma velhice tranquila, tendo para isso a ADFA que estar sempre em acção no grupo de trabalho de reestruturação das carreiras e vencimento dos militares, bem como no Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas, a funcionar no ministério da Defesa Nacional.



A ADFA só pode estar bem consigo própria quando, de facto, conseguir alcançar todos estes objectivos de actualização, no reconhecimento de todos estes valores que nos são devidos pela Nação.

Neste aniversário, que decidimos apelar de mudança, queremos dizer à Direcção Nacional que acreditamos ser possível a concretização de todos os objectivos, que devem ser a preocupação dos responsáveis nacionais da ADFA e não deste, daquele e do outro, que prefere que tudo continue na mesma. Força Direcção Nacional, Viseu e as suas gentes estão convosco!

No dia **5 de Maio** vamos todos estar em Viseu, com a delegação da ADFA, na santa missa de sufrágio pelos militares deficientes falecidos, celebrada pelo reverendo cônego Arménio, na capela do Regimento de Infantaria 14, na cerimónia de homenagem aos mortos que tombaram em defesa da Pátria, com deposição de uma coroa de flores no Monumento aos Combatentes do Ultramar, com honras militares e no almoço, que este ano vai ser no restaurante "Carioquinhas", em Santo Estêvão, sendo a ementa composta por aperitivos diversos, arroz em de vinha de alhos, feijoada à Carioquinhas e outros, sopa, carnes diversas, grelhados, sobremesas, bolo de aniversário e espumante, tudo ao preço de 18 cravos.

Contamos convosco!

Comemorar o 25 de Abril com a ADFA

Estando dispersas em "Agenda" e em "Delegações" alguns, ainda que apenas alguns, eventos comemorativos do 25 de Abril organizados pela ADFA ou em que participa, aqui os relembremos:

- Na Sede nacional

Dia 23 – 18H00 – debate no Auditório Jorge Maurício

Dia 24 – 20H00 – jantar

- Del. Lisboa/Núcleo de Aveiras

Participa em acções das Juntas de Freguesia da Azambuja e de Alcoentre

- Na Delegação do Porto

Dia 24 – jantar com intervenção musical

Dia 25 – cerimónia do içar das bandeiras e torneio de futebol de cinco

Cartas do Mondego



O Natal já lá vai para 3 meses. Aproxima-se a passos largos, a Páscoa.

As quadras festivas são propícias a grandes manifestações de fraternidade e solidariedade, que nestes períodos ganham contornos de autêntica epidemia de boa vontade colectiva!...

Na prática porém, não bastam as intenções e, muito menos, as manifestações caritativas para ajudar quem na realidade mais precisa: e são milhões os que morrem à fome, maltratados pela pobreza e pela miséria, quantas vezes fomentadas disfarçadamente por aqueles mesmos que se pavoneiam, por jornais e televisões, em pomposos discursos e manifestações de solidariedade...

Por isso mesmo, vale a pena enaltecer e recordar, procurar de algum modo, seguir as acções de muitos voluntários, que ainda os vai havendo, que, sem máquinas de filmar por trás, procuram minorar o sofrimento de tantos seres humanos espalhados por esse mundo, quantas vezes, vítimas indefesas da maldade disfarçada, da ganância, do egoísmo, da intolerância, do preconceito e da incompetência. E os que sofrem, não são exclusivamente milhões de crianças em todo o mundo, que são vítimas da guerra, da fome e da doença, quando quantas vezes mesmo ali ao lado se exibem despidamente sinais de riqueza.

Muitos milhões de seres humanos, a começar pelos mais pequenos, sofrem de violência familiar, trabalham em actividades de risco, sujeitos a rituais e tradições religiosas completamente estúpidos, como são o caso das mutilações genitais, segundo o primeiro estudo global sobre a violência infantil da ONU.

Mas a violência contra os menores, pode magoar mesmo ao nosso lado, com a nossa total indiferença, até chegar aos Telejornais - espectáculos de informação degradante, ofensiva da dignidade humana, em nome de audiências. Desde o lar à escola, passando por locais à partida insuspeitos, vale a pena estarmos

Perdem-se conceitos e valores...

atentos, para ajudar objectivamente, sem sofismas e hipocrisias, enquanto há tempo.

Por vezes, pode bastar um pequeno apoio, um discreto gesto, um simples sorriso para ajudar.

Um contributo sério, sem preocupações de "IRS", poderá ajudar a superar a miséria social e outras carências que ela arrasta. A violência não se limita às crianças, as mais indefesas é certo, mas atinge também homens e mulheres e sobretudo estas, quando se chega a determinada idade.

É vergonhoso o que se passa com tantos idosos, que, de um momento para o outro passam à situação de trapos sem préstimo...

Não se conhecem dados concretos no nosso país, mas segundo a Comissão para a Igualdade dos Direitos das Mulheres, indicam que no último ano se registaram milhares de casos, cerca de vinte mil, mais três mil que no ano anterior. Mas são também muitas as situações de indigência e mendicidade provocadas por azares da vida, mas também pela indiferença, que um olhar mais sério, atento e humano poderia ajudar a resolver.

Vive-se numa sociedade de consumismo desenfreado. Perdem-se os conceitos e valores. Tudo anda muito depressa. Tudo tem a ver com contas. A economia domina. Uma sociedade desumanizada, arbitraria e sem alma... Vive-se no engano. Perdeu-se a honra e a palavra já não conta.

Vale a pena, digo eu – tentar mudar. Caso contrário, resta-nos o habitual cumprimento de boas festas nas épocas do costume, a hipocrisia de voltar mais uma vez a renovar, por vezes, mesmo que, sem convicção, os votos e promessas de um ano melhor e Páscoa feliz: que ficam sempre bem (nesta época de Aleluia que se atravessa) ovos coloridos – coelhinhos brancos e doces amêndoas enfeitando a dura realidade que é o travo amargo da vida quotidiana, sem contudo se acreditar que é possível mudar a situação de quem mais sofre e mais necessita.

COMPLETAMENTE REMODELADA, JÁ SE ENCONTRA DE NOVO DISPONÍVEL A PÁGINA NET DA ADFA, MANTENDO-SE O MESMO ENDEREÇO: www.adfa-portugal.com



ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA REFORÇA SENTIDO DE LUTA DA ADFA



**NENHUMA DIRECÇÃO VAI RESOLVER
OS PROBLEMAS SOZINHA.
O APOIO E O EMPENHO DOS ASSOCIADOS
SÃO IMPRESCINDÍVEIS
EM TODO O TRABALHO A DESENVOLVER.**

(síntese da mensagem deixada pelo presidente da DN na Assembleia Geral e por todos os presentes acolhida e reforçada)

Conforme "Convocatória" publicada no ELO na sua última edição, realizou-se no dia 31 de Março passado, no auditório do Colégio Militar, a Assembleia Geral Nacional Ordinária para analisar e falar sobre, Ponto

Um – Apreciar e votar o Relatório de Actividades do Conselho Nacional e respectiva apreciação da execução do Orçamento da ADFA de 2006; Ponto Dois – Apreciar e

votar o Relatório e Contas da Direcção Nacional e respectivo Parecer do Conselho Fiscal Nacional, correspondente ao ano de 2006; Ponto Três – Proposta de actualização de quotas para 2008; Ponto Quatro – Reivindicações legislativas; Ponto Cinco – Situação da Delegação de Coimbra; Ponto Seis – Informação sobre a Delegação de Lisboa, e Ponto Sete – Informações da Direcção Nacional.

Eram 14H30 quando, por às 14H00 não ter estado reunido o quórum suficiente, o presidente da MAGN deu início aos trabalhos, tendo-se de imediato procedido à substituição do 1.º secretário da Mesa, ausente por razões de força maior, tendo sido aceite pela Assembleia a nomeação do associado António Miranda. Seguiu-se um minuto de silêncio pelos associados falecidos e depois a leitura da Acta da última AGNO, aprovada com apenas 3 abstenções e nenhum voto contra.

Tratou-se de uma Assembleia Geral Ordinária que decorreu de uma forma extremamente cívica, mesmo cordata, em que ficou realçada a extrema preocupação dos deficientes das Forças Armadas pela actual situação que a ADFA vive face a quantos dos seus direitos, e da própria dignidade "daqueles que ao serviço da Pátria deram o seu melhor" (*), estão ameaçados, a par da vontade de uma associação coesa e forte, em si própria e no apoio a dar aos dirigentes na luta que é preciso, infelizmente, continuar a manter, numa altura em que já todos mais que mereciam uma 3.ª idade condigna, respeitada e em completo sossego, não fosse a realidade que nos obriga a pensar que, afinal, os piores inimigos dos ex-combatentes, em geral, e dos deficientes militares, em particular, se calhar só os viemos a encontrar agora e, ainda mais perverso, na própria casa-pátria!

Porque, na verdade, não houve quaisquer questões conflituosas, decorrendo toda a reunião de forma extremamente ordeira e consciente, aqui vamos fazer apenas um resumo, pequeno, dos trabalhos, deixando espaço, e a atenção do leitor, para o importante documento sobre "Estratégia Reivindicativa", apresen-

tado pela DN e aprovado por unanimidade e aclamação, o qual se transcreve na íntegra, nas páginas seguintes, já com as alterações emanadas da AG.

Sobre o Ponto 1, os documentos em causa foram aprovados por maioria, com 1 voto contra e 4 abstenções.

Sobre o Ponto 2, após lido pelo presidente do Conselho Fiscal Nacional o respectivo "Parecer", no sentido de ser aprovado o "Relatório de Actividades e Contas" da DN relativo a 2006, e de dadas algumas explicações, o presidente da MAGN deu a palavra à DN que, pela voz dos

seus presidente e tesoureiro, teceu algumas considerações sobre o mesmo, nomeadamente quanto a algumas das verbas apresentadas, respondendo antecipadamente a algumas das interrogações que poderiam depois ser colocadas.

Aber- tas as inscrições para intervenção dos associados, este período foi gasto em expor algumas dúvidas, especialmente quanto a gastos

com pessoal/encargos sociais e segurança da Sede, com a necessária elucidação por parte da DN. Após duas rondas de intervenções, e com 185 associados presentes, o documento foi aprovado com 14 abstenções e 2 votos contra.

Sobre o Ponto 3, foram apresentadas 3 propostas à Mesa, uma da DN considerando um aumento de 25 cêntimos/mês e as restantes propondo a manutenção do valor actual. Sendo duas semelhantes, foi feita votação por alternativa, ficando decidido, por 95 votos contra 72, não alterar o valor da quotização que assim, para 2008, se mantém em 4,00 euros mensais.

Quanto ao Ponto 4 – "Reivindicações legislativas", foi apresentado pela DN o documento que nestas mesmas páginas se transcreve, tendo ainda sido entregues à Mesa três propostas as quais, pelo seu conteúdo e filosofia, conforme notou o presidente da MAGN, bem se podiam considerar integradas, ainda que menos abrangentes, na da Direcção Nacional, com a diferença, ou particularidade, de uma delas referir um prazo de 6 meses para convocatória de uma Assembleia Geral Extraordinária para analisar o andamento de todo o processo. Abertas as intervenções, após uma breve informação da DN, em todas elas os associados fizeram sentir as suas preocupações sobre a situação presente, muito em especial quanto às questões da ADM (**), do conceito de

campanha e serviço, do stress de guerra e outras, tendo sido de consenso que, para mais eficaz e conclusivo tratamento dos problemas, os mesmos devem ser apresentados por prioridades e por etapas, e nunca todos ao mesmo tempo. Esclarecido pela DN que a fase seguinte, se aprovado o documento, seria a planificação de toda uma campanha para o fazer chegar às mais diversas, e altas, entidades da Nação, e aceite que se previsse uma AGNE a marcar até Outubro deste ano, o plano estratégico reivindicativo foi aprovado por unanimidade e aclamação.

Dado serem cerca das 19H00, hora a que as instalações deviam ser abandonadas, os pontos 5 e 6 foram tratados conjuntamente, ficando-se a saber que quanto a Coimbra e à troca de instalações o tribunal havia dado razão à ADFA, tendo, no entanto, os réus recorrido; quanto a Lisboa, e visto que haviam sido entregues dinheiro e documentos de despesas por parte da antiga direcção de delegação, os processos cíveis tinham sido abandonados, ficando o assunto agora entregue ao Conselho Jurisdicional que naquela manhã tomara posse.

Já com muitas faltas, porque os associados de mais longe já haviam saído, e com quase todos os presentes de pé, a DN ainda prestou alguns esclarecimentos, nomeadamente quanto à assistência médica e medicamentosa (**), ao projecto "ADFA - Rede Solidária" e mais protocolos de cooperação com outras entidades,

Lar Militar, CCADFA (Conselho Consultivo de Apoio aos Deficientes das Forças Armadas), contactos com várias personalidades, entre elas os ex-Presidente da República, Jorge Sampaio, e o actual da Assembleia da República, Jaime Gama, entre outros.

Eram 19H30 quando o presidente da MAGN deu por encerrados os trabalhos, congratulando-se pela forma como haviam decorrido e agradecendo ao Colégio Militar a cedência daquelas excelentes instalações.

**A COESÃO ASSOCIATIVA, TALVEZ MAIS
DO QUE NUNCA, É FACTOR
FUNDAMENTAL PARA A DEFESA
DOS DIREITOS E DA DIGNIDADE
DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS**

(síntese das intervenções produzidas e do sentir manifestado por todos os associados presentes)



(*) – Chavão, adoptado pelos políticos quando do seu interesse, que não deveria ser necessário, não merecíamos e não quereríamos, estar sempre a ter que, pela injustiça sentida, também lembrar!

(**) – Sobre este assunto ver artigo próprio neste mesmo ELO com o título "Frustração geral no seio dos deficientes militares" (pág. 13).



O documento que se transcreve seguidamente, aqui já integrando as recomendações da AGNO de 31MAR07, foi elaborado pela Direcção Nacional com a colaboração de um grupo de associados e enviado em tempo oportuno às Delegações para análise e apresentação de sugestões.

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas - ADFA constituiu-se no ano de 1974, por iniciativa dos militares que se deficientaram no cumprimento do serviço militar obrigatório e que reclamavam da nação soluções para os seus graves problemas.

Ao longo do seu percurso tem-se afirmado publicamente como uma instituição responsável, na defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

A sua acção tem-se desenvolvido num quadro de valores e princípios reconhecidos pela sociedade e pelo Estado.

A justeza das suas reivindicações está bem visível no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 43/76 de 20 de Janeiro de 1976, aprovado pelo Governo e que refere: "O Estado Português considera justo o reconhecimento do direito à plena reparação de consequências sobrevindas no cumprimento do dever militar aos que foram chamados a servir em situação de perigo ou perigosidade e estabelece que as novas disposições sobre a reabilitação e assistência devidas aos deficientes das Forças Armadas (DFA) passem a conter o reflexo da consideração que os valores morais e patrióticos por eles representados devem merecer por parte da nação." E mais à frente "O presente diploma parte do princípio de que a integração social e as suas fases precedentes, constituindo um caminho obrigatório e um dever nacional, não exclusivamente militar, devem ser facultados aos DFA, com o fim de lhes criar condições para a colocação em trabalho remunerado. Dele igualmente consta a materialização da obrigação da nação lhes prestar assistência económica e social, garantindo a sobrevivência digna, porque estão em jogo valores morais estabelecidos na sequência do reconhecimento e reparação àqueles que no cumprimento do dever militar se diminuíram, com consequências permanentes na sua capacidade geral de ganho, causando problemas familiares e sociais."

No plano nacional a ADFA contribuiu, desde a sua criação, para a dignificação da pessoa com deficiência, afirmando-a como sujeito activo do processo de reabilitação e integração social. Esta acção pioneira da ADFA foi essencial para a institucionalização, em 1977, do Secretariado Nacional de Reabilitação (SNR), organismo no seio do qual, pela primeira vez em Portugal, os deficientes e as suas organizações representativas tiveram possibilidade de participar na discussão e implementação das políticas nacionais de inclusão, realçando o princípio da auto representação.

A ADFA contribuiu, também, de forma decisiva, no quadro do movimento associativo, para a criação da Federação de Desporto para Deficientes, valorizando desta forma a prática desportiva como elemento de reabilitação e de auto afirmação das pessoas com deficiência.

Foi ainda a ADFA que, no campo da reabilitação sócio-profissional, e em parceria com o Instituto do Emprego e Formação Profissional e a CERCÍ-GAIA, impulsionou a criação do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG), hoje considerado uma referência de Excelência a nível europeu.

Ao longo da sua história a ADFA tem merecido, das autoridades civis e militares rasgados elogios pela sua acção e estímulos para prosseguir na realização dos seus objectivos.

No âmbito da cooperação com os PALOP realizou,

em 21 de Maio de 1990, em Lisboa, a 1.ª Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné Bissau, sob o signo da paz e reconciliação entre povos, que foi patrocinada pela Presidência da República e pelo Governo. Na Sessão Solene de Abertura desta Conferência o Senhor Presidente da República, Dr. Mário Soares, referindo-se à ADFA afirmou: "...tem estado, justamente, a actuar com muita inteligência e eu quero, daqui, em nome de Portugal, não só saudar o Presidente da Associação, como todos os que a ela pertencem e nela trabalham, porque tem vindo a fazer algo que é extraordinário, que é, como diz o Senhor Secretário Geral, sarar as feridas e os ressentimentos do passado e voltarem-se todos para o futuro."

Quando da inauguração da sua Sede, em 1993 o Senhor Primeiro Ministro de então, Professor Cavaco Silva, presidiu à Sessão Solene e referindo-se à ADFA afirmou que existe uma "dívida moral" em relação aos deficientes militares e que "eu próprio, e muito perto de mim, tive ocasião de presenciar cenas dramáticas, difíceis de observar, de homens corajosos que davam tudo pela Pátria a que alguns deram a vida. Esta é uma razão pela qual é reconfortante, hoje, todos nos reunirmos aqui numa cerimónia singela mas de reconciliação". Considerou ainda a ADFA como uma "estrutura inovadora no âmbito da reabilitação".

Em Março de 1994, quando da realização da 6.ª Conferência Internacional da Federação Mundial dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra (FMAC), organizada pela ADFA e que reuniu em Portugal mais de 60 países de todos os continentes, na Sessão Solene de Abertura, presidida pelo Senhor Presidente da República, Dr. Mário Soares, mais uma vez a acção da ADFA foi objecto de expressivo reconhecimento nas seguintes palavras do Senhor Presidente da República: "... verdadeiramente exemplar e extraordinário como a ADFA tem actuado em situações difíceis e até contraditórias" afirmando que em relação aos incidentes verificados na inauguração do monumento aos Combatentes do Ultramar a 15 de Janeiro do mesmo ano os dirigentes da ADFA "intervieram com uma enorme moderação e dignidade".

Também na mesma Conferência e na Sessão Solene de Encerramento esteve presente o Senhor Primeiro-ministro, Professor Cavaco Silva, que presidiu à cerimónia e na altura considerou: "Ninguém melhor do que aqueles que sofreram directamente no espírito e na carne os horrores da guerra sentirá a necessidade incontornável de prosseguir os esforços internacionais para a promoção da paz e para minorar os sofrimentos causados pelos conflitos". Referindo-se à ADFA disse: "tem sabido trabalhar em profícua cooperação, com outras organizações não governamentais e com órgãos e departamentos oficiais, dentro do mais sã princípio, de equilíbrio e consensualidade. Não se deixando desviar para áreas laterais aos seus reais interesses e ideais, a Associação tem conseguido produzir uma acção a todos os títulos meritória."

Em 13 de Fevereiro de 1996 o Senhor Presidente da República, Dr. Mário Soares, conferiu à ADFA o título de Membro Honorário da Ordem de Mérito tendo na altura, no Salão Nobre da Associação, afirmado "os tempos mudaram, mas nós temos um problema social, um problema humano e um problema de respeito

pelos nossos semelhantes, pelos nossos concidadãos e também pelas Forças Armadas, que é respeitar os deficientes das forças armadas. É por isso que esta Associação é tão importante e é por isso, que esta Associação deve ser acarinhada pelos poderes públicos".

Em 4 de Outubro de 1996, a quando da realização na ADFA do colóquio sobre o "Stress de Guerra" presidido pelo General Ramalho Eanes, este ex-Presidente da República afirmou "(...) há que assumir esta guerra plenamente, e quando se assume um acto histórico colectivo plenamente há que assumir as suas consequências, nas quais se incluem as que incidem nos homens, que na boa e generosa tradição democrática eram chamados as pedras vivas. (...) Significa isto, portanto, que é responsabilidade inteira dos governantes políticos responderem a todas as situações deste tipo, ajudando a que esses homens, as tais pedras vivas, consigam viver de forma equilibradamente plena."

Em 14 Maio de 2004, na Sessão Solene Comemorativa do 30.º aniversário da ADFA o Senhor Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, que presidiu à Sessão, afirmou: "O diálogo dos Governos com esta Associação deve ser uma constante, pois só ele permite um acompanhamento de proximidade com uma realidade tão complexa como esta. Desse diálogo devem, necessariamente, decorrer em tempo útil, as alterações legislativas que se julguem oportunas e necessárias. Temos de ter toda consciência de que a comemoração dos 30 anos de vida desta Associação representa também, que o essencial dos seus associados começa a entrar, ou se encontra já, na chamada terceira idade.

Esqueçemo-nos, por vezes, do passar vertiginoso do tempo e do que ele representa na alteração concreta das condições de vida das pessoas. Esta realidade confronta-nos com novos problemas a que temos de dar respostas urgentes que garantam condições de dignidade quotidiana a todos eles, a quem a vida já impôs um fardo tão difícil de suportar."

a) Tendo em conta a afirmação singular de trinta anos de história, reafirmados diariamente pela ADFA e reconhecida pelos mais altos responsáveis dos órgãos de soberania, bem patenteado nas citações referidas;

b) Considerando também, que numa sociedade democrática as lições da história não podem ser esquecidas como foi o caso do tratamento dado aos inválidos da 1.ª Grande Guerra e aos combatentes das campanhas ultramarinas, que à data do 25 de Abril de 1974 se encontravam marginalizados;

c) Ponderando ainda, as justas reivindicações de fundo que a ADFA tem vindo a apresentar e sem prejuízo das mesmas a Assembleia Geral Nacional da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, reunida em 31 de Março de 2007, no Colégio Militar em Lisboa, consciente da razão moral que nos assiste e do momento especial que se vive, exige:

1. O reconhecimento inequívoco da situação específica dos deficientes militares, obrigados ao cumprimento do serviço militar, nomeadamente em situações de risco e perigosidade agravada como foi o caso da guerra colonial de 1961-1975;

2. Que os direitos, duramente conquistados e reconhecidos pelos sucessivos Governos Constitucionais como justas reparações morais e materiais devidas aos deficientes militares, constituem um património

Reivindicativa

nio de valores cívicos que não podem ser postos em causa por razões sócio-políticas conjunturais;

3. Que seja tida em consideração o escalão etário da esmagadora maioria dos deficientes militares, confrontados agora com o agravamento das deficiências e da desagregação das condições sociais e familiares, que exige o respeito daqueles que suportam, desde a sua juventude, um “pesado fardo” e hoje têm direito a encarar com serenidade o último ciclo das suas vidas;

4. Que as reparações morais e materiais devidas aos deficientes militares já consagradas em lei e pagas a título de pensão com carácter indemnizatório, não sejam entendidas como fonte de rendimentos;

5. Que o nº2 do Art.º 5.º do Decreto Lei nº 43/76, de 20 de Janeiro de 1976, seja regulamentado com carácter de urgência, tendo em conta o agravamento das deficiências provocadas pelo avançar da idade que já exige o apoio domiciliário e o internamento em estabelecimentos apropriados, conforme o desejo manifesto pelos deficientes militares;

6. Que aos deficientes militares em serviço seja atribuído o abono suplementar de invalidez, como compensação da degradação das suas pensões;

7. Que seja reposta de imediato a assistência médica e medicamentosa que vigorava antes da publicação do Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 Setembro;

8. Que os associados de origem africana que residem nos PALOP e que por razões várias se deslocam a Portugal para reivindicar as reparações morais e materiais a que têm direito e cujos processos se arrastam indefinidamente pelas repartições militares, sejam tratados com dignidade no quadro dos direitos humanos de que são credores por parte do Estado Português;

9. Que a ADFA na sua qualidade de Organização Não Governamental (ONG), seja reconhecida pela Rede Nacional de Apoio (RNA), como Instituição competente para desenvolver todo o processo de despiste, avaliação, tratamento e encaminhamento dos processos dos ex-combatentes e deficientes afectados pelo

Stress de Guerra;

10. Que seja equacionada toda a problemática relacionada com as viúvas dos deficientes militares no sentido de melhorar a sua qualidade de vida, reconhecendo o papel indispensável que desempenharam ao longo da vida, substituindo-se em muito aos deveres do Estado perante aqueles que se deficientaram no cumprimento do serviço militar obrigatório;

11. Que a assistência médica, medicamentosa e ajudas técnicas sejam garantidas pelos três ramos das Forças Armadas em tempo útil e com qualidade;

12. Que o conceito de serviço de campanha consagrado pelo nº 2 do artigo 1.º do Decreto Lei nº 43/76, de 20 de Janeiro, seja objecto de clarificação (interpretação), no sentido de eliminar as injustiças na qualificação de Deficientes das Forças Armadas,

13. Que aos militares empenhados hoje, nas acções de promoção da paz e na cooperação, sejam salvaguardados os mesmos direitos já adquiridos pelos deficientes das Forças Armadas.

A ADFA na sua qualidade de membro do Conselho Nacional de Reabilitação e Integração da Pessoa com Deficiência (CNRIPD), apresentará neste Órgão contributos que visem a promoção e qualidade de vida das pessoas com deficiência garantindo igualmente uma participação activa junto do novo Instituto Nacional para a Reabilitação (INR), ainda designado de SNRIPD.

Como no passado a ADFA assume no presente a postura solidária com todas as pessoas com deficiência, e disponibiliza-se em compromisso pró-activo na implementação e desenvolvimento do 1.º Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade (PAIPDI).

Neste contexto, no Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos (2007) - Para uma Sociedade Mais Justa, a ADFA reafirmará os valores da tolerância, solidariedade e da participação, que são as marcas indeléveis de todo o percurso histórico da nossa Instituição.

A Assembleia Geral Nacional Ordinária, reunida em

Lisboa no dia 31 de Março de 2007, incumbe a Direcção Nacional de promover e desenvolver as acções necessárias à implementação deste documento “Estratégia Reivindicativa”, em colaboração com os Órgãos Nacionais e Delegações, que passará nomeadamente pelas seguintes iniciativas:

1 – Reforço da estabilidade e coesão da ADFA;

2 – Que o Programa de Acção da Direcção Nacional, o Plano de Actividades e os correspondentes documentos ao nível dos Órgãos das Delegações, deverão ser tidos em conta como elementos orientadores;

3 – Promover junto da Comunicação Social, Órgãos de soberania, Instituição Militar, Autarquias, Instituições Públicas e Privada, a divulgação deste documento;

4 – Criar as condições de acordo com o decorrer das negociações para a realização de uma iniciativa de forte impacto na opinião pública, a fim de dar a conhecer os nossos problemas;

5 – Reforçar as relações com a Administração Pública em particular com o Ministério da Defesa Nacional, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social e Ministério das Finanças;

6 – A nível interno, promover acções associativas descentralizadas em coordenação com as Delegações, com o objectivo de informar, sensibilizar e promover a participação de todos os Associados neste Plano Estratégico Reivindicativo.

Foram aprovadas ainda na AGNO, várias recomendações (*) para este Plano Estratégico Reivindicativo, que se anexam a este documento, realçando-se a aprovação da convocatória de uma Assembleia Geral Nacional Extraordinária a realizar até 31 de Outubro do corrente ano, com o objectivo de analisar os resultados das negociações a desencadear pela Direcção Nacional

Lisboa, 31 de Março de 2007

(*) – ver a seguir espaço “Recomendações”

Recomendações

Porque contributo importante, transcreve-se a proposta entregue à Mesa por um grupo de associados do Porto, sendo seu primeiro signatário Abel Fortuna, presidente da direcção daquela delegação, proposta esta que foi aceite pela DN e pela AG como recomendações a ter em conta no texto final de “Estratégia reivindicativa”.

Proposta Reivindicações

- Considerando as declarações do então Ministro da Defesa Nacional, Dr. Luís Amado na sessão solene comemorativa do 32.º Aniversário da nossa Associação;

- Considerando que a ADFA deve ter uma estratégia clara, que leve em linha de conta a priorização das medidas que reivindica junto do governo, já que não é credível que sejam satisfeitas de uma só vez.

A Assembleia Geral Nacional de 31 de Março de 2007 decide o seguinte:

1. Mandatar a Direcção Nacional para prosseguir a estratégia reivindicativa aprovada na Assembleia Geral Nacional de 16 de Abril de 2005, que consiste em exigir ao Ministério da Defesa Nacional a resolução prioritária das seguintes medidas:

- Clarificação do conceito de serviço de campanha e do risco agravado equiparado, conforme documento

da Direcção Nacional de 18 de Julho de 2002 é anexada a esta proposta.

- Correção do cálculo das pensões dos DFA com o posto de Furriel.

- Clarificação do funcionamento da Rede Nacional de Apoio ao Stress de Guerra.

2. Às medidas atrás referidas deve-se juntar a “reposição da assistência médica e medicamentosa que vigorava antes da publicação do Dec. Lei Nº 167/2005 de 23 de Setembro” e a exigência “de que as nossas pensões tenham carácter indemnizatório para efeitos do IRS.

3. A exigência destas medidas deve ser encarada pela Direcção Nacional como uma reparação de injustiças, pelo que não deverá assumir a defesa prioritária de outras medidas do caderno reivindicativo, sem estas estarem satisfeitas.

4. Se no prazo de 180 dias, não houver desenvolvimentos satisfatórios sobre a sua concretização por



parte do governo, a Mesa da Assembleia Geral Nacional deverá convocar uma assembleia geral Nacional para a Direcção Nacional prestar esclarecimentos aos associados.

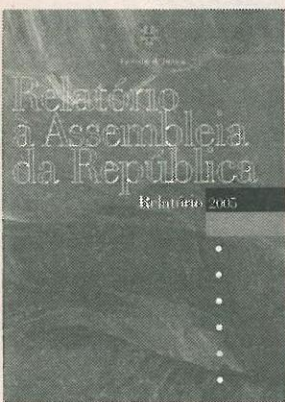
5. O conteúdo desta proposta deve ser apresentada no Conselho Consultivo para os assuntos dos Deficientes das Forças Armadas, assim como transmitido ao Ministério da Defesa Nacional o sentimento de indignação e de revolta dos que, tendo estado nas frentes de guerra, têm sido ao longo de todo este tempo discriminados e aguardam pela reparação justa dos danos sofridos.

31 de Março de 2007

Livros

Mais obras se encontram à disposição dos associados, e outros leitores interessados, na biblioteca da Sede nacional, de entre as quais hoje destacamos:

Relatório do Provedor de Justiça 2005



Em cumprimento do que dispõe o seu Estatuto no art.º 23.º n.º 1, o Provedor de Justiça apresenta, em dois grossos volumes, o seu "Relatório Anual de Actividades à Assembleia da República" relativo a 2005, obra importante para se perceber mais convenientemente qual o trabalho, e responsabilidade, deste instrumento jurídico criado pós 25 de Abril, o qual, no entanto, nos parece que o Poder tem relativa e progressivamente "despromovido", para não dizer desautorizado, e não só porque os seus "Pareceres" não são vinculativos, como também porque muitas das questões que levanta, ou das perguntas que faz, não têm resposta das entidades envolvidas.

Entre os imensos casos referenciado, e as análises feitas, divididos por situações/assuntos relevantes, lá estão alguns referentes ao "estatuto do pessoal das forças armadas" ou a "cidadãos com deficiência", dando razão, ou não, a processos como "de qualificação como Deficiente das Forças Armadas", "Antigos combatentes – contagem do tempo de serviço militar", "Pensão por condecoração militar", "Contagem do tempo de serviço militar obrigatório no âmbito da pensão unificada" ou ainda "Pensão por serviços excepcionais e relevantes".

10 Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade – 2006/2009

Da responsabilidade do ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, autoria conjunta do gabinete da secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação e do SNRIPD, em produção editorial do Instituto do Emprego e Formação Profissional, este estudo/apresentação sobre o 1.º PAIPDI debruça-se sobre razões e fins, dividindo-se, depois de um duplo prefácio do ministro e da secretária de Estado, em, Parte I – Enquadramento (1-A deficiência, 2-As pessoas com deficiências ou incapacidades e as organizações não governamentais, 3-Estrutura do Plano de Acção), Parte II – Intervenção e estratégias para a qualidade de vida das pessoas com deficiência (1-Acessibilidade e informação, 2-Educação, qualificação e promoção da inclusão laboral, 3-habilitar e assegurar condições de vida dignas) e Parte III – Condições para a intervenção.



Michel Giacometti, caminho para um museu



Em oferta do associado Guedes da Fonte, há agora à disposição dos leitores um livro que, embora catálogo de apoio a uma exposição já do início de 2004, no Centro Cultural de Cascais, é um excelente documento sobre um homem extraordinário a que Portugal, como (quase) sempre, respondeu desproporcionalmente (forma simpática...), e tarde, em relação ao que ele tanto deu no estudo e preservação da nossa cultura popular.

Sobre o trabalho de Michel Giacometti quase bastaria referir que do espólio conseguido em milhares de quilómetros palmilhados pelo país/povo recôndito, "profundo" e quase esquecido, para não dizer abandonado, se obtiveram três importantíssimos núcleos, distribuídos pelo "Museu da Música Portuguesa", na Casa Verdades de Faria, no concelho de Cascais (coleção de instrumentos musicais e objectos de arte popular portugueses), pelo "Museu do Trabalho", em Setúbal (produto do "Plano de trabalho e cultura" do Serviço Cívico Juvenil 1975) e pelo "Museu de Etnologia" (recolhas sonoras e fotográficas de campo).

Sobre o próprio Michel Giacometti, nascido em Ajaccio, na Córsega, em 8 de Janeiro de 1929 e falecido em Faro em 24 de Novembro de 1990, fazendo questão de ficar sepultado no Alentejo (Peroguarda), queremos terminar com o sentido e apropriado testemunho de Sérgio Godinho que encerra o livro:

"Chegava com aquele ar manso de quem se aproximava devagar das borboletas, não para as caçar, mas para lhes decifrar as cores e o voo.

Fez muitos amigos neste país assim, saltou por cima da descon-fiança que as suas máquinas e o seu sotaque de estrangeiro poderia causar. Quem será o homem? Vem para nos espiar? Nos prender? Vem para nos roubar do pouco que temos?

O homem não era um polícia nem era um ladrão. Era Michel Giacometti. Talvez nem soubesse que vinha salvar a música portuguesa, mas foi isso que fez.

Deu-nos referências que agora temos por nossas.

Partiu com o mesmo ar de forasteiro.

Salvou a música portuguesa."

Outras ofertas - Pelo sr. eng.º Carlos Jardim foi oferecida a conhecida obra de Jacques Pirenne, "As grandes correntes da história universal" (Ed. Sociedade de Intercâmbio Cultural Luso-Brasileiro) faltando-lhe, no entanto, os volumes 1, 8 e 9.

Ler e ver o 25 Abril

Entretanto, e porque estamos em Abril, aproveitamos para uma pequena montra de alguns livros existentes também na nossa biblioteca e que com a temática do 25 de Abril estão de alguma forma relacionados, numa procura de Maria José Carriço.

- Origem e evolução do Movimento dos Capitães – Dinis de Almeida
- 25 de Abril, 20 anos – Associação 25 de Abril
- 25 de Abril – a liberdade conquista-se sempre – Atelier de escrita criativa da Escola C+S de Santa Iria da Azóia
- BDs de Abril – o 25 de Abril 30 anos depois – exposição Centro Nacional de Banda Desenhada e Imagem
- A semana que libertou Portugal – 25 de Abril – Expo' 98
- O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril – Avelino Rodrigues, Cesário Borge e Mário Cardoso
- Salgueiro Maia, capitão de Abril – depoimentos
- 25deAbril30Anos100Cartazes – Diário de Notícias
- Trilhos de Abril – António Gamito Chainho
- Conquistas de Abril – que balanço 25 anos depois? – Debates de Intervenção Democrática
- O dia 25 de Abril de 1974: 76 fotografias e um retrato – Alfredo Cunha e Adelino Gomes

Boa leitura!



ADM – Frustração geral no seio dos Deficientes Militares

Promessas não cumpridas

Na sessão comemorativa do 32º aniversário da ADFA, na sessão solene de 17 de Maio de 2006, Luís Amado, enquanto ministro da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, prometeu resolver um pacote legislativo relativo “à clarificação do conceito de campanha”, e a questões relacionadas com as doenças profissionais, com a rede stress pós-traumático e o problema dos furriéis até ao final de Julho desse mesmo ano.

A proposta do Ministério da Defesa Nacional, sobre a alteração do art. 14º do DL 43/76, de 20 Janeiro, pretendia-se que fosse aditado um n.º 10, que refere que “os DFA são ressarcidos, pelos ramos de origem das Forças Armadas, das importâncias suportadas com cuidados de saúde, decorrentes de enfermidades não relacionadas com as lesões que determinaram a deficiência, na parte não comparticipada pelo subsistema de saúde do qual sejam beneficiários, quando:

a) Os cuidados de saúde sejam prestados por Estabelecimentos do Serviço de Saúde Militar, Estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde ou outras entidades quando determinado pelo respectivo Serviço de Saúde Militar;

b) Os cuidados de saúde digam respeito a assistência medicamentosa.”

Esta proposta sobre a alteração do art. 14, foi apresentada nas assembleias em Rio Maior e Viseu e criou muitas expectativas em todos os associados e familiares.

A ADFA continua a trabalhar para melhorar a assistência médica dos deficientes militares, como se tem verificado pelas sucessivas reuniões com o Governo.

Por este motivo, já apresentou esta questão, no passado dia 27 de Março, ao Conselho Consultivo para os Deficientes das Forças Armadas (CCADFA), no Ministério da Defesa Nacional.

No dia 30 de Março, o MDN deu conhecimento oficial à ADFA, do parecer do secretário de Estado Adjunto e do Orçamento e do secretário de Estado da Administração Pública, que consideraram que este “projecto não se encontra em condições de merecer acolhimento”.

A Direcção Nacional (DN) tomou conhecimento da Portaria nº 284/2007 de 12MAR, que regulamenta a Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas na sequência do DL 167/2005, de 23SET, L 53-D/2006, de 29DEZ e também do DL 234/2005, de 30DEZ. Constatou, que a situação dos Deficientes Militares não foi alterada, pelo que continuam a pagar os medicamentos não relacionados com a deficiência no âmbito da tabela da ADSE, tendo por força de Lei de descontar até 1,5% das pensões como receita para o Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA), que passou a administrar todo o sistema da ADM desde 1 de Janeiro de 2006.

Direcção Nacional

N.R.: De notar que a Portaria 284/2007, acima referida é transcrita nas páginas 14 e 15 deste mesmo ELO.

Proposta de reforma da tributação automóvel

No dia 28 de Março de 2007 na Assembleia da República foi discutida, na generalidade, a proposta de lei n.º 118/X, que procede à reforma global da tributação automóvel, aprovando o Código do Imposto sobre Veículos (ISV) e o Código do Imposto Único de Circulação (IUC) e abolindo o imposto automóvel, o imposto municipal sobre veículos, o imposto de circulação e o imposto de camionagem.

Da extensa matéria destaca-se o seguinte:

- o art.º 13.º da proposta de lei revoga, entre outra legislação, o DL 103-A/90, de 22 de Março;

- o n.º 3 do artigo anterior refere o seguinte: “*consideram-se extintos e inaplicáveis ao ISV e ao IUC todos os benefícios fiscais relativos aos impostos abolidos nos termos da presente lei, que não sejam mantidos nos códigos aprovados pela presente lei, com excepção dos benefícios previstos pelo Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, ...*”;

- relativamente à isenção, o n.º 2 do art.º 54.º do ISV dispõe que “*a isenção é válida apenas para os veículos novos que possuam nível de emissão de CO2 até 160g/km, não podendo a isenção ultrapassar o montante de € 6500*”;

- porém, este limite do CO2 “*não é aplicável aos*

veículos especialmente adaptados ao transporte de pessoas com deficiência que se movam apoiadas em cadeiras de rodas, (...), sendo as emissões de CO2 aumentadas para 180g/km, quando, por imposição da declaração de incapacidade, o veículo a adquirir deva possuir mudanças automáticas”;

- o art.º 55.º do ISV referencia as pessoas que podem usufruir da isenção: deficiência motora de grau igual ou superior a 60%; multideficiência profunda de grau igual ou superior a 90%; deficiência visual de grau igual ou superior a 95%; deficiente das Forças Armadas, ao abrigo do DL 43/76, de 20JAN, de grau igual ou superior a 60% independentemente da natureza da deficiência e “*peessoa com deficiência que se mova apoiada em cadeiras rodas*”; a pessoa com deficiência de origem motora ou outra, de carácter permanente, com grau de incapacidade igual ou superior a 60%, cuja locomoção se faça exclusivamente através do recurso a cadeiras de rodas;

- a instrução do pedido depende, entre outros documentos, de declaração de incapacidade permanente emitida pelos serviços das Forças Armadas da qual conste a natureza da deficiência; o grau de incapacidade nos termos da TNI, “*excepto no que se refere aos*

deficientes das Forças Armadas, relativamente aos quais o grau de incapacidade é fixado por junta médica militar”;

- a condução do automóvel é permitida, sem qualquer autorização, pelo cônjuge ou unido de facto e dependente de autorização pelos ascendentes e descendentes “*e na condição da pessoa com deficiência ser um dos ocupantes*”, contudo esta restrição já “*não é aplicável às pessoas com deficiência profunda, às pessoas com deficiência motora cujo grau de incapacidade permanente seja igual ou superior a 80% ou, não a tendo, se desloquem em cadeiras de rodas, e às pessoas com deficiência visual, quando as deslocações não excedam um raio de 60 quilómetros da residência do beneficiário*.”

No que respeita ao IUC, o seu art.º 5.º refere que estão isentos de imposto “*as pessoas com deficiência cujo grau de incapacidade seja igual ou superior a 60% em relação a veículos das categorias A, B e E*”. Porém, esta isenção “*só pode ser usufruída por cada beneficiário em relação a um veículo e é reconhecida, anualmente, em qualquer serviço de finanças*.”

Dep. Jurídico

Escrevem os associados

Ao Director do ELO

Tenho acompanhado ao longo do tempo as informações disponibilizadas acerca da FMAC, através do ELO; normalmente tais informações são noticiosas e relativamente a AG's ou reuniões internacionais do género.

Não me leve a mal o director do ELO mas penso que já é tempo de aprofundar o tema FMAC, através de uma acção jornalística de pesquisa e informação aprofundada. Assim parece-me importante, para o nosso associativismo, saber:

a) - O que é a FMAC, onde está inserida, qual a sua estrutura, como funciona;

b) - que associações integram a FMAC, por país, suas características, organização, funcionamento, objectivos e contactos;

c) - uma resenha histórica da nossa adesão à FMAC; custos directos para a ADFA dessa adesão, se os houver, e

d) - quais têm sido os benefícios concretos, ao longo do tempo, resultantes dessa nossa adesão, quer no plano internacional no próprio seio da FMAC quer no âmbito nacional relativamente às relações com o nosso Estado;

Não se vá pensar que a FMAC é só um pretexto para passear...!

Voltaremos a este assunto, até lá um abraço associativo a todos os que labutam por um ELO sempre com mais conteúdos.

Guedes da Fonte
associado n.º 2943

Nota da Redacção: embora o ELO tenha, pelos anos 90, dedicado à FMAC bastante atenção e extensos artigos, dado não só o protagonismo que a ADFA tinha no seu seio, mercê da presidência da CPAE, como também às reuniões internacionais que decorreram em Lisboa, de que destacamos a 6.ª Conferência sobre Legislação, aqui fica à consideração de, como se diz, “quem de direito”, a sugestão do associado Guedes da Fonte.

Episódios de guerra

Nota da Redacção: terminando neste ELO, com um duplo texto como que conclusivo, a série de episódios de guerra a que se propôs o associado Manuel Correia de Bastos, com a grande qualidade que todos reconhecem e que muito valorizou o nosso jornal, daqui o cumprimentamos, acreditando que a sua colaboração continuará a ser uma certeza para os seus leitores.

Nunca Voltarei a Mueda



Nunca
meu amor
odiei em Mueda
deram-me
demasiado iguais
amigos e inimigos
Sentados à noite
em redor do fogo
bebendo do mesmo vinho

que canto não nos uniria
onde o ladrar das armas
nos separou

Nunca
meu amor
amei em Mueda
estive sempre só
da minha alma para dentro
Ainda se ao menos
tivesse visto
alguém nascer em Mueda
mas o mais disponível que estive
a graça divina
foi quando às vezes
ninguém morria



Queria
meu amor
levar-te a Mueda
para ouvirmos
o silêncio das armas
ao pôr-do-sol
e de manhã
à hora que a ignição da vida
acorda o Vale de Miteda
queria amar-te
meu amor

Queria amar-te
na humidade uterina da selva

que não estando ainda
deus disponível
pudéssemos ao menos
iniciar uma vida
onde tantas acabaram

Mas nunca
meu amor
nunca te amarei em Mueda
porque o amor
não germina
onde um homem
nunca viveu
e no entanto
matou

Fotos do ex-Capitão Almeida,
último comandante da CART 3503

Posfácio

Chamavam esgaseados aos ex-combatentes da Grande Guerra e cacimbados aos da Guerra Colonial, associando os seus traumas, no primeiro caso às bombas de gás e no segundo ao clima de África. O povo sempre soube o que os peritos e as autoridades teimaram em ignorar durante tanto tempo: alguns ex-combatentes sofrem do distúrbio psiquiátrico conhecido por PTSD, Transtorno Pós-traumático do Stress. Para eles a guerra não acaba nunca no armistício.

Confesso a pretensão literária dos textos que aqui vos mostrei, pelo que deve ser tomada em conta a intenção de transmitir sensações em vez de veicular informações, isto é, a verdade que transmito não é tanto a dos factos, como a dos sentimentos.

Disseram-nos que tínhamos de ir combater. Porque era preciso ajudar os nossos irmãos de África. Era preciso vencer o mal. Era preciso acabar com o terrorismo.

Agora, folheada a História da frente para trás, todos temos uma opinião bem fundamentada sobre o assunto, mas um milhão de portugueses com vinte e poucos anos a quem mandaram combater, aceitaram combater, porque simplesmente acreditaram que era seu dever fazê-lo, dado que não desertaram, e este Portugal com dez milhões de habitantes, fez um esforço de guerra em África nove vezes superior ao que os Estados Unidos fizeram no Vietnam, com os seus duzentos e cinquenta milhões. Manteve uma guerra por mais de uma década, em três frentes simultâneas, a meio mundo de distância, consumindo, nesse esforço de guerra, 40% do orçamento de Estado e com um relativo sucesso militar, o que só as grandes potências por vezes conseguiram.

Mas isso não se deveu não aos estrategas, porque a guerrilha é a mais primária das guerras, nem aos políticos, porque os meios que disponibilizaram eram insuficientes e obsoletos, nem aos diplomatas que não

arranjaram soluções e tiveram uma década para o fazer. Isso deveu-se tão só a esses portugueses de vinte e poucos anos que não desertaram por terem acreditado que estava certo o que faziam.

Todos perdemos algo por lá, mesmo que a falta não se veja. De quase um milhão de portugueses que foram combater, perto de dez mil não regressaram, mais de cem mil não regressaram completamente, algo de si ficou lá, e um número ainda não determinado continua na guerra, vítimas do Transtorno Pós-traumático do Stress.

Porém alguns ganharam algo também: aprendemos que a guerra nunca se faz só pelas razões que nos dizem; aprendemos que a vida é um privilégio, não um direito garantido; aprendemos que a guerra é o sítio onde é mais difícil encontrar heróis, troca-se apenas a vida de um soldado pela vida de outro como se troca um peão num jogo de xadrez; mas sobretudo aprendemos que quem nos dão como inimigo é demasiado parecido conosco, seja branco, preto ou amarelo, e que só por mero acaso nos encontramos na guerra e não num bar a beber uns copos e a falar de futebol ou de mulheres, que é, afinal, o que todos os homens mais gostam de fazer.

Quando os governantes não põem fim às guerras, as guerras põem fim aos governantes e depois o fim da própria guerra impõe-se por si mesmo, porque nenhum fruto sobrevive muito tempo à morte da árvore. Nessa altura os soldados regressam sem honra nem dignidade e as populações ficam órfãs, abandonadas ao seu destino.

Mas vai ser preciso muito tempo para a história fazer justiça, porque a revolta das populações espoliadas dos seus bens e dos seus filhos a troco de nada, tende a culpar os últimos responsáveis, como se o dentista que extrai o dente podre fosse o culpado da falta de higiene dentária que não evitou a cárie.

E depois promove-se o silêncio, primeiro por pudor, porque ninguém gosta de dizer que matou um tipo com quem podia ter bebido uns copos, um tipo a quem também disseram que tinha de ir combater porque havia gente sua que precisava de ajuda; depois por estratégia, para que o manto silencioso do esquecimento cale o eco das guerras havidas para se permitir o alarde às guerras a haver.

Todas as guerras começam cedo demais, todas aca-

bam demasiado tarde. O tempo que duram serve apenas para medir a dimensão da imbecilidade humana.

Que estas minhas palavras sejam entendidas como um apelo para que não caia no esquecimento uma guerra que poderia ter sido evitada, ou que pelo menos poderia ter sido terminada com honra e dignidade e para que não volte a acontecer que políticos corruptos, falsos diplomatas e estrategas trogloditas, convoquem o heroísmo genuíno dos vinte e poucos anos de um jovem, para acudir à sua incompetência inoperante e à sua cobarde estupidez.

Estas palavras andavam há muito tempo comigo, algumas perderam-se com o tempo, outras nasceram em mim entretanto. As primeiras eram mais próximas da realidade, as últimas da subjectividade, mas o melhor retrato não é o que se parece mais com o modelo como nós o vemos, é o que nos mostra o que nós não tínhamos visto nele. Além disso, a minha última intenção terá sido a de ceder à tentação de agradar ao meu hipotético leitor, já que não faz sentido falar da coisa mais obscena, que é a guerra, com o intuito de provocar alguma espécie de deleite. Porém não tenho a certeza de ter sido bem sucedido, a julgar pelo prazer que senti enquanto escrevia. Só me faltava ter-me acontecido o contrário do que aconteceu à minha avó, que, segundo o meu avô, ao pretender desenhar uma flor para bordar, acabou por desenhar um par de tamancos.

Não sei qual será a maior presunção, se a de ter conseguido aquilo a que me propus ou a de ter querido desenhar um par de tamancos e ter-me saído uma flor.

A CART 3503, chegou a Mueda no Norte de Moçambique no dia 12 de Fevereiro de 1972 com 153 militares, combateu a Frelimo durante 26 meses e sofreu 58 baixas, de entre as quais 5 mortos, 1 desaparecido e 52 feridos, 16 dos quais muito graves, na maioria com deficiências permanentes.

Última formatura da CART 3503
antes de abandonar Mueda

Foto do ex-alferes Silvestre, e o
verdadeiro comandante da CART 3503



Mueda -
Hospital
e morgue -
Foto do
ex-capitão
Almeida, último
comandante
da CART 3503

PONT@ DE ENCONTRO

Com número considerável de convívios, apesar do período pascal, recorda-se que aqui apenas estão indicadas as unidades por abreviatura e os respectivos contactos.

Entretanto, embora se continue a manter actualizada a página net do "Ponto de Encontro", a mesma não está consultável, espera-se que apenas temporariamente, por se estar a mudar de servidor.

ABRIL

Dia 14
Esq.Rec. Reg. Lanceiros 1 – Elvas/1962 - José Espadinha: 24 367 94 85 e 91 497 80 90
BArt. 645 - Júlio da Costa: 25 381 15 83, 25 382 55 11 e 93 953 95 18 (Norte) ou Rogério Martins Cardoso: 21 483 35 07 e 93 933 93 40 (Sul)
BCaç. 1910 - João Baptista Silva: 91 865 88 90
CPM 2344 - João Alvega: 93 861 94 06 e joaalvega@iol.pt
CCaç. 3519 - Joaquim Rui Oliveira Amaral: 22 938 17 16, 91 733 64 53 e 91 459 01 58
3.ª CArt./BArt. 6321/73 - Pedro Carvalho: 96 407 39 78
BArt. 6520 - Augusto Rocha: 93 858 15 37
Dest.FzEsp. 9 - Mário Cornélio "Cascais": 21 483 32 87
1.ª CCaç.Paras - Carlos Costa: 21 938 79 00 e 91 763 65 99

Dias 14 e 15
BCaç. 443 - A. Simões: 96 403 45 73

Dia 21
BCaç. 554 + PAD 920 - Antero Gomes: 91 714 05 98, 21 437 24 25 e Antero.as@gmail.com
CCaç. 610 - Paulo Almeida: 96 646 53 99, Manuel Soares: 91 917 85 57, Júlio Mouco: 96 962 75 78 ou Adão Carvalho: 91 982 93 13
BArt. 753 - Domingos Lima: 96 602 40 80 e 25 352 22 65
CCaç. 747 - Armindo Costa: 91 211 84 87
PPM 2226 - Armando Carvalho: 93 688 81 89 ou Artur Craveiro Lopes: 93 411 83 02
CCaç. 2655 - Guilherme Lavos: 93 593 12 08, Raul Pinheiro: 96 603 49 40, 91 966 14 33, 21 297 73 13 e fax/21 297 67 79 ou dianas.negros@clix.pt
CArt. 2763 - Costa: 96 694 25 95 e jmcosta84@sapo.pt ou João Paiva: 91 492 25 07
CCav. 3517 - Ângelo: 91 457 17 14
BCaç. 3838 - Aniceto Pires: aniceto.pires@netcabo.pt
1.ª CCaç./BCaç. 5011 - Joaquim Couto: 25 685 27 92
2.ª CArt./BArt. 6222/73 - Frederico Reis: 93 645 76 75 e 96 507 14 85 ou Manuel Santos: 96 279 77 79
Ex-militares REng.ª 2-1957/59 - Fernando Oliveira: 91 455 51 10

Dia 21 e 22
BCaç. 1891 - Pedro Dias: 91 463 10 55

Dia 22
PPM 1158 + CPM 1664 - Carvalho Almeida: gilbertocarvalhoalmeida@gmail.com
CCaç. 4145 - Carlos Ferreira: 96 797 64 52

Dia 25
CCaç. 1549 - Joaquim Teixeira: 21 983 24 78 e 96 293 05 30
BCaç. 2913 - Frazão: 24 954 16 37 e 91 847 70 98

Dia 28
CCaç. 13/Guiné - Marques: 217 933 028 e jcfortunato@yahoo.com
17.ª CCmds - Chincho: 91 720 57 97 ou Caparica: 91 903 45 10
PArt. 1108 + PArt 1109 - Manuel Oliveira (PA1108): 96 333 63 89
CArt. 1513 - Isaiás Ferreira da Costa: 96 581 85 29
CCav. 2331 - Rodrigues: 21 274 91 68 e 91 235 34 74 ou Abreu: 26 283 39 79CCav.
2375 - Carlos Bexiga: 28 43 209 50 e 96 680 10 94
CCaç. 2381 - José Teixeira: 96 623 86 26, 22 951 61 44 e esquilosorridente@tugamail.com
CArt. 2414 - ?
CCaç. 2448 - Hernâni João: 91 722 24 23 e hfjoao@iol.pt
CCaç. 2680 - Francisco Lopes: 91 881 89 65 ou José Manuel Castro: 96 241 15 57
CCaç. 2729 - José Santos: 91 961 45 11
BCaç. 4514 - Mário Baliza: 96 903 78 89
CCS/BCaç. 4612 - Luís Almeida: 96 534 79 21 ou Emídio Cardoso: 96 299 36 77
1.ª CCaç./BCaç. 4615 - A. Marques: 91 422 66 22
CCaç. 4943 - Gaspar 964 447 272 ou Carvalho: 91 785 53 40
BCaç. 5010/72 - Bento: 96 700 24 36 e Fraben@iol.pt ou Idalécio: 96 727 91 72

1.ª CCaç./BCaç. 5016/74 - José Cardoso: 96 371 42 50, Narciso Viegas: 96 304 40 37 ou Luís Cunha: 91 702 09 11

CPM 8241 - ?
Esq.Rec.Cav. Vila Pery/CSM71 - António Alberto David Marques: 91 432 37 60
AgTmsAngola – 72/74 - Manuel Afonso Nogueira: 26 278 28 08 (dia), 26 278 13 55 (noite), 96 662 88 67 e atma1@sapo.pt
CompDivManMaterial - Dionísio Monteiro: 91 946 76 22
"Filhos da Escola"– 59/60 - 91 487 99 54
DestFzEsp. 13 - J. R. Leite (imediate): 21 259 56 53, 93 830 75 01 e jrodriguesleite@gmail.com ou Mata (radiot): 21 273 04 02 e 96 853 83 97
Ex-combatentes de e em Avintes - Antero Santos: 96 809 73 13

Dias 28 e 29
CCaç. 1624 - 96 812 33 10

Dias 28, 29 e 30
CCaç. 95 - Manuel Costa: 91 472 74 86 e 96 656 73 92

Dia 29
CPM 1444 - P. Vinagre: 93 313 15 16 e 93 809 46 80
BCav. 1868 - 21 947 06 72, 96 269 42 44 ou 96 865 3 4 67
BCaç. 1888 - Joaquim Teixeira: 21 983 24 78 e 96 293 05 30
CCS/BCaç. 2910 - 25 241 18 03 e jimmy693@hotmail.com
CCav. 3456 - Fernandes: 96 562 05 53
CCaç. 3551 - Pinto Pais: 93 458 02 26 e fpintopais@sapo.pt, Luís Correia: 91 904 24 56 ou Silva: 91 946 17 55
BCav. 3878 - José Pardal: 96 692 48 49
1.ª CCaç./BCaç. 4519 - ?

Dia a indicar
"Filhos da Escola"–ABR66 - Joaquim Ferreira: 96 571 85 10

MAIO

Dia 05
CCaçEsp. 367 - Carlos Morais: 21 726 98 48, 96 643 28 06 e carlos.am.morais@clix.pt
BAA 386 + PAA 49/50/55/56 - António Martins: 22 081 13 04 e 91 965 45 57
CCav. 569 - Manuel Felga: 23 142 28 30
PAD 1248 - António Claro: 91 975 38 88
CCaç. 1458 - Florindo Figueiredo: 23 462 22 08 e 96 518 30 52
CArt. 1769 - José Ferreira: 93 477 23 02
CCaç. 1795 + CCS/BCaç. 1934 - Joaquim Fernandes: 24 365 01 74, Ramiro Buinhas: 96 451 32 64, ou João Galinha: 96 640 98 27
BArt. 1852 - João Pinto: 96 948 51 30
CCaç. 2504 - José Aguiar: 91 402 92 38
BCav. 2870 - António João Rebelo Ferreira: 91 680 90 65, 91 878 83 58 e 24 470 45 29
BCaç. 2884 - Pinto da Costa: 91 922 79 59
CPM 3335 - João Leitão: 91 976 50 66 ou Manuel Moita: 91 899 75 92
PRec. Daimler 3090 + PRec. Fox 3431 - Sérgio Marques: 91 418 17 77
BCaç. 3832 - ?
CCS/BCaç. 3875 - Vasconcelos: 91 896 49 24
EAMMoç./COM66 - Vítor Baião: vic.cristovam@netcabo.pt
N.R.P. "Álvares Cabral"-69/71 - Manuel Letras: 91 996 07 55
1.ª PeIPA/BA10-1962 - Manuel Resende: 234 932 134 e 918 969 065
Cabos Esp. FAP na EMEL–OUT72 - Luís Martins: 28 475 51 74, 96 291 43 60 e lfpmfcd@clix.pt

Dia 06
BCaç. 1918 - Oliveira: 96 275 45 16
CCaç. 4150 - Fernando Almeida: 91 406 28 25, Eurico Barreira: 96 903 83 87 ou Albano Costa: 93 425 73 68
10.ª CFz - Luís Oliveira: oliveira114@sapo.pt

A todos desejamos bom convívio!

Desporto

... e a chuva de ouro, prata e bronze continua!



Embora reduzidos em espaço, não queremos deixar de assinalar os últimos triunfos dos atletas lusos, alguns em provas internacionais no estrangeiro. Assim, destacamos:

- "3.ª Campeonato da Europa de Atletismo em Pista Coberta INAS-FID", para atletas com deficiência mental, em Praga/República Checa, de 14 a 19 de Março – 22 medalhas (8 ouro, 9 prata e 5 bronze), com 2 recordes nacionais e 1 mundial;
- Campeonato de Espanha de Natação de Inverno, em Plasencia/Espanha, em 17 e 18 de Março – 32 medalhas (11 primeiros lugares, 14 segundos e 7 terceiros), com 14 novos máximos nacionais e 1 europeu.

Sabemos, entretanto, que decorrem com entusiasmo e determinação, não só tendo em vista os Paralímpicos de Pequim 2008, como até os de Londres 2012, entre outras importantes competições, as actividades de várias modalidades, nomeadamente basquetebol e esgrima em cadeira de rodas e futsal.



Nota da Redacção:

Dado o constante chegar de novo e importante material para publicação, e porque estamos limitados no número de páginas, alguns artigos previstos, e até mesmo já maquetados, não poderão sair, como era nosso desejo, estando neste caso, nomeadamente, a habitual página de desporto.

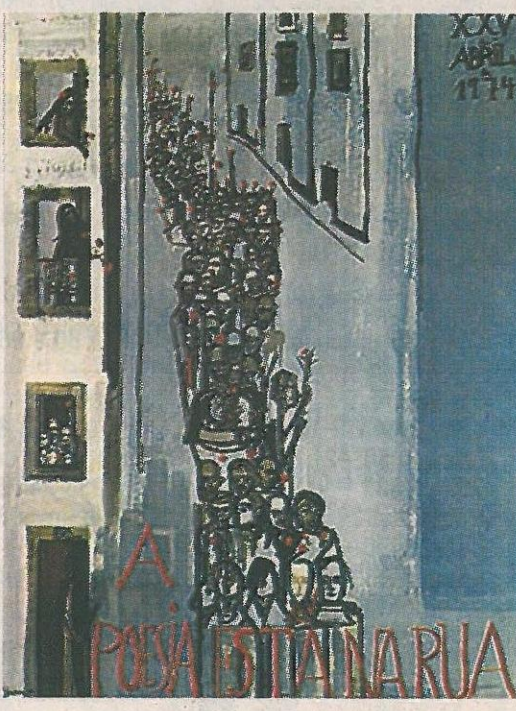


PROPRIEDADE E EDIÇÃO - Associação dos Deficientes das Forças Armadas - ADFA
 Pessoa Colectiva n.º 500032246
 Email - jornal.elo@adfa-portugal.com
 Internet - http://www.adfa-portugal.com
 DIRECÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, EDIÇÃO E REDACÇÃO - Av. Padre Cruz - Edifício ADFA 1600-560 LISBOA
 Telefone - 21 751 26 00 / 21 751 26 01 / 21 751 26 09 - Fax - 21 751 26 10
 DIRECÇÃO NACIONAL DA ADFA/ADMINISTRAÇÃO - José Arruda, Artur Vilares, Lopes Dias, Sérgio Azougado, Rui Bernardo, Arlindo dos Santos, Armindo Matias
 DIRECTOR INTERINO - Sérgio Azougado
 CONSELHO DE COLABORADORES PERMANENTES - Capela Gordo, Nuno Almeida
 REDACÇÃO - Farinho Lopes (fotografista), Maria José Carrico
 SECRETARIADO - Elisabete Couto
 COLABORADORES HABITUAIS - Abel Fortuna, Helena Afonso, António Carreiro, José Maia, Nuno Santa Clara.

ILUSTRAÇÕES - Nuno Santa Clara.
 CORRESPONDENTES - Leite Domingues (Açores), Domingos Seca (Bragança), João Carmona (Castelo Branco), Soles Giraldo (Coimbra), Manuel Branco (Évora), Aníbal Carvalho (Famalicão), Nicolau Rufino (Faro), Francisco Janeiro (Lisboa), Armando Costa (Madeira), Abel Fortuna (Porto), José Faria (Setúbal), João Gonçalves (Viseu)
 ASSINATURAS E PUBLICIDADE - Fax: 21 751 26 10
 CONCEPÇÃO GRÁFICA - Grafismo/Maquetagem/Paginação Paulo Esteves
 PRE-IMPRESSÃO - Jornal ELO
 IMPRESSÃO - Coraze - Centro de Impressão - Edifício Rainha, 4º Piso - Zona Industrial, Oliveira de Azeméis - Tel: 256 600 580
 Registo da Publicação no ICS - 105068/77 Depósito Legal - 99595/96
 ASSINATURA ANUAL - €7,00. Tiragem deste número 9000 ex.
 Os textos assinados não reproduzem necessariamente as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores, assim como é da responsabilidade das direcções das Delegações o conteúdo dos respectivos espaços.

Recordando o 25 de Abril de 1974

Entrando-se em Abril, não queremos, claro, deixar de o evocar como "mês dos cravos", desta vez de um ângulo um pouco diferente, através de uma entre muitas estórias do género que se poderiam contar e que tornaram, realmente, o dia 25 inesquecível, muito em particular, como é natural, para quem as viveu em directo, servindo também a mesma, neste caso, como homenagem não aos habituais e mais conhecidos protagonistas, mas ao povo anónimo que, no seu imediato, em tempo e proximidade, e forte, em quantidade e qualidade, apoio, tantas vezes ajudou a ultrapassar, ou evitar, momentos mais delicados ou perigosos.



- Pela rádio continuava a soar o apelo do "Movimento das Forças Armadas" para que as pessoas permanecessem em casa enquanto a situação não estivesse completamente controlada... que era precisamente o que elas não faziam.

Para ter uma melhor noção do que se passava, não estando ainda resolvido o problema do Largo do Carmo, o capitão resolveu meter-se no seu carro e dar uma volta pela baixa de Lisboa. Quando saía do Rossio para a Rua das Portas de Santo Antão, ali no Largo de São Domingos, reparou, até porque algumas pessoas como que o chamavam, num pequeno ajuntamento na esquina traseira do teatro de D. Maria II. Parando e saindo do descapotável - o dia estava excelente -, logo populares o rodearam e lhe foram apontar alguns militares da GNR, de jeep e armados até com uma bazuca, que acoitados no outro extremo do edifício, comunicavam por gestos com pessoal que se encontrava nas janelas do quartel do Carmo



resultado qualquer incidente de maior. Este um dos muitos episódios que nesse dia aconteceram e que, de certa maneira, rodearam o "25 de Abril" de um surrealismo que ainda hoje, 33 anos passados, nos espanta.

- Ilustram este apontamento, além do cravo estilizado do MFA, uma das duas extraordinárias pinturas de Maria Helena Vieira da Silva sobre o 25 de Abril e a imagem paradigmática da então identidade Povo-MFA, por João Abel Manta.

que davam para aquela zona da cidade. É claro que à vista de um capitão fardado, ainda que sem outra tropa a apoiá-lo, os GNR imediatamente começaram a denunciar algum nervosismo, tanto mais que diversos civis se mostravam agora mais afoitos, querendo mesmo ir prendê-los (!?). Serenados os ânimos dos mais exaltados, com o oficial calmamente encostado ao carro e simplesmente a olhar para ela, a patrulha da GNR já não sabia o que havia de fazer, até que, não aguentando mais, se meteu na viatura e desapareceu, sem que da caricata situação tenha



Editorial

A ADFA revisitou o Colégio Militar, não obstante, a maioria esmagadora dos associados, ou melhor, os soldados portugueses que participaram na guerra colonial, não frequentaram colégios, mas sim escolas primárias. Esta alusão é só uma nota para relembrar ao poder a nossa condição social, ao tempo.

"O Estado Português considera justo o reconhecimento do direito à plena reparação de consequências sobvindas no cumprimento do dever militar aos que foram chamados a servir em situação de perigo ou perigosidade"

Assim reza o documento de Estratégia Reivindicativa apresentado pela DN à AGN no passado sábado dia 31 de Março. Foi na verdade em situação de risco da própria vida, alias no juramento de bandeira que bem alto gritamos (...) defender Portugal até à última gota de sangue.

Ao cumprirmos o serviço militar à época "obrigatório", na guerra matamos para não morrer, ficamos marcados com a deficiência para a vida toda, agora assistimos ao desmoronamento dos nossos direitos, apesar de garantidos pela palavra do "Ministro" que seriam repostos, e neste caso concreto a assistência médica e medicamentosa.

Chegou a noticia!... as Finanças chumbaram a proposta do Ministério da Defesa, é preciso mais do que nunca estar unidos em redor da ADFA, nada de desalentos, é o momento da alta exigência para cada um de nós, mas também de forma inteligente, firme e responsável, reivindicar com emoção, coisa natural, mas com a força da razão junto dos poderes públicos, já que, como nos diz o 43/76, nós somos credores por parte da Nação, duma justa reparação moral e material.

Após a decisão da AGN, que "exige" fiscalizar, o desenvolvimento da Estratégia Reivindicativa através de uma Assembleia Geral Nacional Extraordinária, a realizar ainda durante o corrente ano, a DN mantém-se fiel ao seu compromisso, bem patente no lema do programa eleitoral que diz "Governar a ADFA com os Associados para os servir melhor garantindo, assim, uma Instituição mais Solidária e Reivindicativa".


A Direcção Nacional

Última hora

Furriéis


No dia 3 de Abril, o chefe de gabinete do secretário do Estado de Defesa dos Assuntos do Mar, Cor. Tavares Nunes, informou que já foi agendado o dossier dos Furriéis Milicianos, para a próxima reunião de secretários de Estado.

No próximo número daremos mais informações.




RENAULT

Tudo à grande



- ▶ O salão de exposições é gigante: 2500 m2.
- ▶ O horário de atendimento é enorme.
8h - 20h durante a semana
9h - 19h ao fins-de-semana
- ▶ O horário da oficina é igualmente grande.
8h - 24h durante a semana
8h - 18h ao sábado
- ▶ No grande centro de ensaios cabe toda a gama.
- ▶ O serviço de assistência e desempanagem tem o maior horário possível: 24h por dia.

Atendimento Cliente: 800 203 157



RENAULT CHELAS

Tudo Por Si.

R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E - 1900-672 LISBOA
 Tel.: 21 836 14 00 Fax: 21 836 14 91
 Av. da Liberdade, nº 33 - 1200-139 LISBOA